



PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

DESCOBRINDO O BRASIL CIDADÃO - 1999

PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
FUNDAÇÃO FORD
BNDES

PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA DESCOBRINDO O BRASIL CIDADÃO

Coordenação e Supervisão: Marta Ferreira Santos Farah
Produção dos textos: Ana Paula Macedo Soares, Hélio B. Barboza, Luis Fujiwara e Marta Ferreira Santos Farah
Produção Editorial: POLO EDITOR
Produção Gráfica: Wilson R. C. T. Barros
Impresso em outubro de 1999, papel off-set – 90 grs.
São Paulo – SP

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl A. Boedecker da
Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Programa Gestão Pública e Cidadania – Descobrindo o Brasil Cidadão
Programa Gestão Pública e Cidadania / São Paulo:
Programa Gestão Pública e Cidadania, 1999.

52 p.

1. Administração Pública – Brasil. 2. Políticas Públicas – Brasil. 3. Governo Local – Brasil
I. Programa Gestão Pública e Cidadania.

CDU – 35 (81)

**PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
DESCOBRINDO O BRASIL CIDADÃO – 1999**

**PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
FUNDAÇÃO FORD
BNDES**

SUMÁRIO

Introdução	4
Mapa da Cidadania	7
AMAPÁ	
Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania	8
AMAZONAS	
Programa Construindo uma Educação Escolar Indígena	11
Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena	14
BAHIA	
Fortalecimento Financeiro do Município com Justiça Fiscal a Serviço da Cidadania	17
CEARÁ	
Sobral Criança	20
MARANHÃO	
Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento	23
MINAS GERAIS	
Escola Família Agroindustrial de Turmalina	26
Política Pública Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte	29
PARÁ	
Bolsa Familiar para Educação – Bolsa Escola	32
PARANÁ	
Projeto Escola do Campo	35
PIAUI	
Projeto de Ação Integrada	38
RIO DE JANEIRO	
Centros de Atenção Psicossocial	41
RIO GRANDE DO SUL	
Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos via Suinocultura	44
SANTA CATARINA	
Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável em Urupema	47
Programa de Tratamento Participativo de Resíduos Sólidos da Região do Alto Rio Negro	50
Projeto Microbacias Hidrográficas	53
SÃO PAULO	
Fique Vivo – Cidadania e prevenção de AIDS com jovens na FEBEM	56
Programa de Modernização Administrativa	59
Projeto Alerta	62
SERGIPE	
Fundo Municipal de Aval	65
Como Contatar os Finalistas	68
Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania	72
Comitê Técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania	73

INTRODUÇÃO

DESCOBRINDO O BRASIL CIDADÃO

A presente publicação levará o leitor a uma grande viagem pelo Brasil. De norte a sul, de leste a oeste, o leitor percorrerá todas as regiões do país, entrando em contato com um pouco da realidade de milhões de pessoas, de diversas etnias, idades e culturas, e com a riqueza cultural e a diversidade social que caracteriza nosso país.

A publicação apresenta programas e projetos de governos subnacionais, que representam o que está sendo feito, neste nível de governo, para melhorar a vida cotidiana do cidadão brasileiro.

Ao produzir este livro, nosso intuito é possibilitar para o leitor, leigo ou especialista, a identificação de aspectos positivos da atuação do setor público em estados, municípios e organizações próprias dos povos indígenas. Os textos baseiam-se nos relatórios de visita de campo e no material fornecido pelas instituições que inscreveram as experiências.

Esta publicação faz parte do Programa Gestão Pública e Cidadania, cujos objetivos são a identificação e disseminação de atividades inovadoras de governos subnacionais.

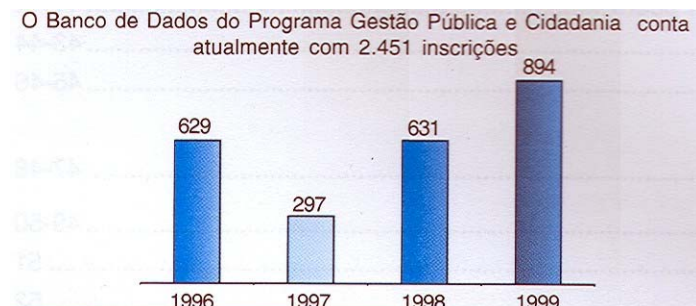
O programa é uma iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford e que conta com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Desde 1996, o programa identifica e dissemina iniciativas que a um só tempo, contribuam para o avanço da cidadania e introduzam novas formas de gestão pública nos níveis subnacionais de governo.

Cada ciclo anual do programa se inicia com o envio de quase 20.000 malas diretas para todos os municípios e estados da federação e para organizações próprias dos povos indígenas.

O CICLO DE PREMIAÇÃO DE 1999

A partir dessa mala direta, os governos subnacionais brasileiros fazem suas inscrições, que no ano de 1999 chegaram a 894.



As inscrições são analisadas por um Comitê Técnico, que se reúne e avalia as experiências. Apesar da grande diversidade dos programas, projetos ou atividades premiadas, todos apresentam as seguintes características comuns: efetividade, reconhecimento de sua importância por parte da comunidade e possibilidade de transferência para outras localidades.

As experiências são classificadas por área temática, área de inscrição, região e abrangência. Neste ano, as áreas temáticas com mais inscrições foram as de Serviços Públicos, Cidadania e Direitos Humanos e Administração e Governo, que juntas representam 81% das inscrições realizadas.

Em relação às áreas de inscrição, o destaque são os programas, projetos ou atividades relacionados a políticas sociais, com foco nas áreas de criança e adolescente, saúde e educação.

As regiões Sul e Sudeste são as que realizaram mais inscrições, com respectivamente, 31% e 12% do total. Dentre as cidades, destacam-se São Paulo (6% das inscrições) e Porto Alegre (5% das inscrições).

Do total de inscrições, 80% possuíam abrangência municipal, reforçando o importante papel que este nível de governo assumiu no período pós-Constituição de 1988.

São selecionados para premiação aqueles programas, projetos e atividades que:

- a) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática,
- b) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade,
- c) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações,
- d) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- e) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando à auto-sustentabilidade.

O processo de seleção dos 20 finalistas compõe-se de três etapas: na primeira, são selecionados 100 semifinalistas pelo Comitê Técnico do Programa, que reúne pesquisadores de universidades e centros de pesquisas e profissionais ligados a organizações da sociedade civil. Na segunda etapa, são selecionados 30 programas pré-finalistas. Na terceira, com base em visitas de campo aos 30 pré-finalistas, é feita a seleção dos 20 finalistas.

As experiências de governo reunidas neste livro – os 20 finalistas do Ciclo de 1999 – revelam a riqueza das transformações que se processam hoje nos governos subnacionais do Brasil.

Os governos municipais, os estaduais e as organizações dos povos indígenas demonstram – nos casos aqui apresentados – criatividade e compromisso com a cidadania e com a busca de alternativas no campo das políticas públicas e da gestão pública. Alternativas que contribuem - na prática – para a construção de um novo projeto para o país, que procure articular o desafio da integração do Brasil à economia mundial ao combate à desigualdade e à exclusão social.

As quase 2.500 experiências recebidas nos quatro anos do programa apontam para a presença de uma importante comunidade invisível de inovadores espalhados pelo país, formando uma verdadeira escola aberta de gestão pública e cidadania. Ao apresentar os 20 finalistas de 1999 lembramos que eles representam tendências manifestadas nos 894 inscritos deste ano.

20 EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA – 1999

Dentre os finalistas de 1999, chama a atenção o número de programas que concentram suas ações na área rural.

Os Programas Escola Família Agroindustrial de Turmalina e Projeto Escola do Campo do Paraná fornecem educação, capacitação e treinamento em técnicas agrícolas, para jovens oriundos do meio rural, contribuindo para sua fixação ao campo e para uma revalorização da atividade produtiva agrícola, sobretudo junto aos pequenos produtores.

Há também programas de recuperação ambiental e destinação final de resíduos, como é o caso do Projeto Microbacias de Santa Catarina e do Programa de Tratamento Participativo de Resíduos Sólidos da Região do Alto Rio Negro catarinense. Tais programas envolvem diversos municípios e representantes de diferentes segmentos da sociedade civil em projetos abrangentes de recuperação ambiental, processo crucial ao desenvolvimento sustentável de toda uma região.

Ainda na área rural, parte dos programas tem como foco a produção. Os programas Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável em Urupema – SC e Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento do Maranhão buscam o desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas produtivas. O programa de Urupema visa também ampliar a participação da comunidade e melhorar a qualidade de vida da população. No caso do programa maranhense, a busca do desenvolvimento sustentável se junta à geração de renda para pequenos produtores, por meio do trabalho integrado entre a capital do Maranhão e 14 municípios de seu entorno.

Para alcançar tais objetivos, esses programas promovem a integração de diversos parceiros e setores organizados da sociedade civil. Além disso, procuram valorizar o cultivo de culturas tradicionais de suas respectivas regiões, garantindo assistência técnica às comunidades envolvidas nesse tipo de produção.

Por fim, o Programa Fundo Municipal de Avaí inova, ao criar mecanismos de acesso ao crédito para pequenos produtores, tradicionalmente excluídos dos programas de financiamento do setor rural. O programa também procura articular a concessão de crédito às diretrizes do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Poço Verde – SE.

A existência desses programas, que concentram suas ações na área rural sinaliza a incorporação, por parte dos governos locais, de atividades tradicionalmente ligadas ao governo federal, como é o caso da política de estímulo à produção agrícola. Tal ação envolve com frequência uma articulação entre diversos municípios, além da participação de entidades da sociedade civil e de outros níveis de governo. A articulação de diversos atores resulta do reconhecimento de que o adequado tratamento de determinadas questões transcende a capacidade de um município isolado, exigindo, além disso, a colaboração da sociedade civil.

Mesmo entre os programas localizados em grandes metrópoles, houve um cujo foco de atuação é uma atividade tipicamente rural: a suinocultura. O programa Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos via Suinocultura, de Porto Alegre – RS visa não apenas melhorar as condições sanitárias do rebanho de suínos, mas também valorizar a

atividade dos criadores, combatendo sua exclusão social. Sem ignorar os aspectos ecológicos, o programa faz parte de uma política de gerenciamento integrado do lixo e ainda ajuda a diminuir o desperdício de alimentos.

A produção e a distribuição de alimentos, por outro lado, estão no centro de mais uma iniciativa realizada em região metropolitana: a Política de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte – MG. Faz parte deste programa, além de feirões realizados em diversos pontos do município, um restaurante popular que fornece refeições a preços bem abaixo da média do mercado. O intuito de tais ações integradas é diminuir os preços dos produtos básicos para promover a segurança alimentar das camadas mais pobres da população de Belo Horizonte.

Outro eixo importante percebido nos finalistas deste ano consiste nos programas com foco em crianças e adolescentes, regidos pelo Estatuto das Crianças e Adolescentes.

Os Programas Projeto Alerta de Presidente Prudente e Fique Vivo – Cidadania e Prevenção de AIDS com jovens na FEBEM de São Paulo têm como público os adolescentes autores de ato infracional, trabalhando questões relativas à proteção e reinserção social destes adolescentes.

Os programas Sobral Criança do Ceará e Projeto de Ação Integrada de Teresina – PI buscam a construção sustentável da cidadania de crianças e adolescentes em situação de risco social. Para isso, esses programas desenvolvem ações visando a reintegração social das crianças e adolescentes, com ênfase em aspectos como prevenção e erradicação do trabalho infantil e reintegração à escola.

Dos programas inscritos neste ano, houve ainda um conjunto de iniciativas que tem por objetivo a busca de novas formas de se fazer políticas públicas, com ênfase nas atividades-meio do setor público. Dentre os finalistas, tem essa perspectiva o programa Fortalecimento Financeiro do Município com Justiça Fiscal, de Vitória da Conquista – BA e o Programa de Modernização Administrativa de Santo André – SP. O primeiro estabelece uma ponte entre o saneamento financeiro do município e a participação popular na gestão das contas da prefeitura. O segundo procura facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos.

A preocupação com os direitos humanos também está presente entre os programas finalistas. O programa Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania busca, por meio de ações de capacitação da força policial, produzir um novo modelo de atuação para os policiais do Amapá, baseado no respeito aos direitos dos cidadãos.

A educação constitui um eixo transversal de quase todas as iniciativas. No caso do Programa Bolsa Familiar para a educação de Belém – PA destaca-se a preocupação governamental de manter crianças de 4 a 14 anos na escola, independentemente da condição financeira das famílias.

As “minorias” também são representadas nos 20 finalistas. O Programa Centros de Atenção Psicossocial do Rio de Janeiro trata a assistência adequada a portadores de sofrimento psíquico grave, de modo que estes possam se manter inseridos em suas comunidades ou famílias.

Os programas Construindo uma Educação Escolar Indígena e Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena, ambos de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, por sua vez, contemplam os povos indígenas. Trata-se de iniciativas que melhoram a condição de vida de populações indígenas, ao mesmo tempo em que estimulam a preservação de tradições culturais.

Todas estas experiências finalistas são relatadas nesta publicação, por meio da qual convidamos o(a) leitor(a) a conhecer algumas das inovações produzidas pelos gestores locais no Brasil. É dessa forma que esperamos descobrir o Brasil Cidadão.

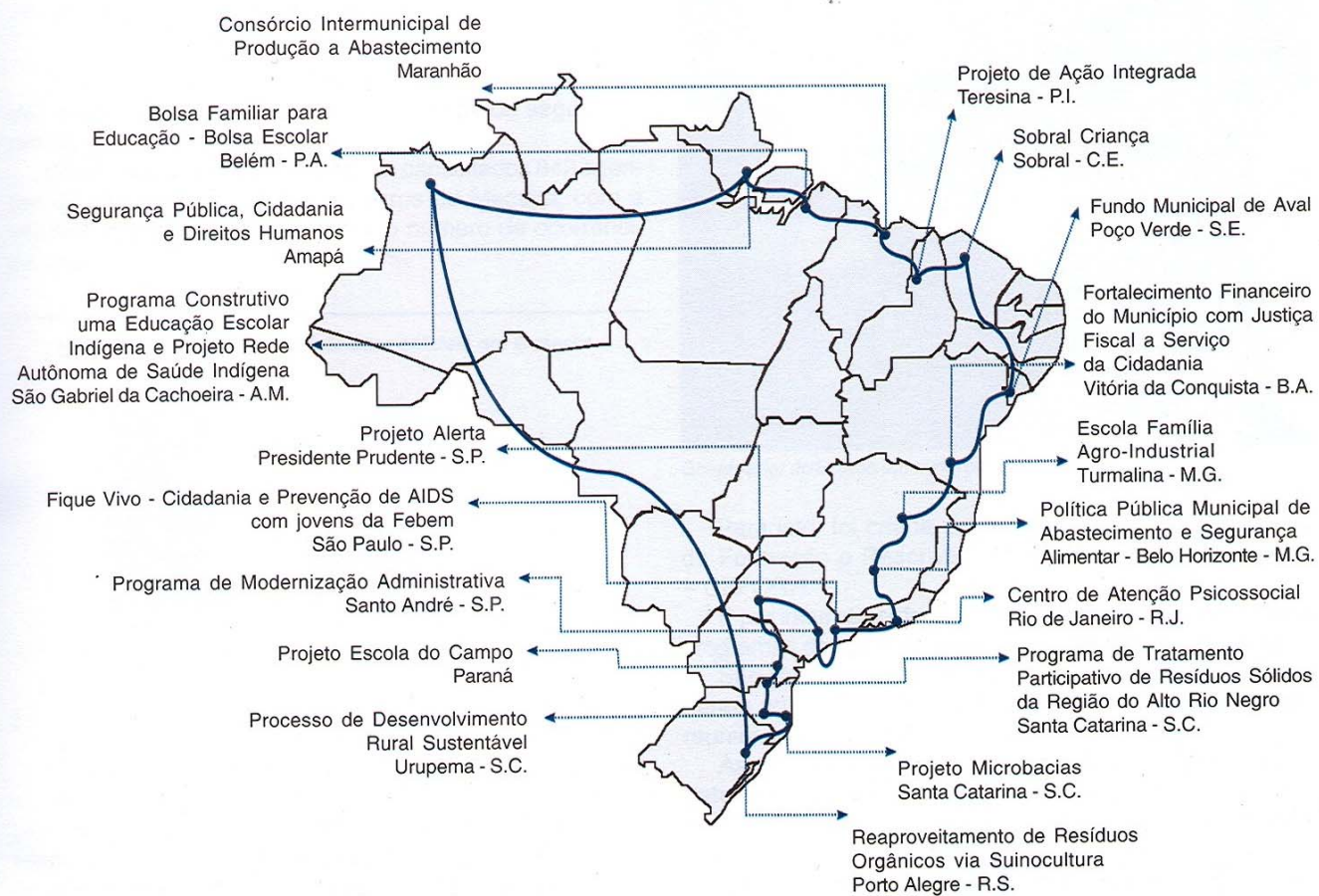
O Mapa da Cidadania na página seguinte retrata a localização das experiências finalistas do ano de 1999.

Beatriz Azeredo
Diretora da Área Social do Banco
Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social

Elizabeth Leeds
Assessora do Programa de
Governo e Sociedade Civil da
Fundação Ford no Brasil

Peter Spink e Marta Farah
Diretores do Programa
Gestão Pública e Cidadania

MAPA DA CIDADANIA

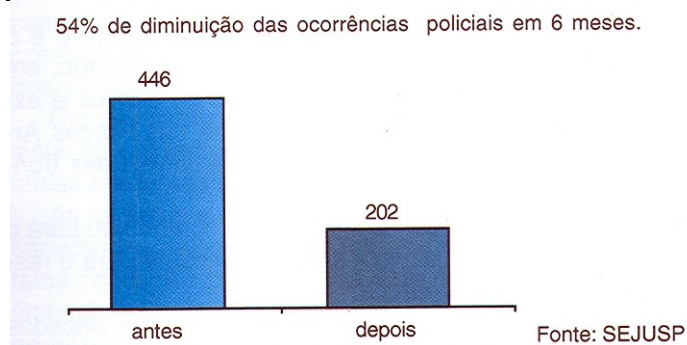


CONSTRUINDO UMA NOVA POLÍCIA

Projeto Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania - Amapá

Respeito aos Direitos Humanos e participação da comunidade: assim se constrói um novo modelo de Segurança Pública.

O Governo do Estado do Amapá tem obtido resultados significativos na resolução da questão da segurança pública. Desde novembro de 1996, foram capacitados 842 agentes de segurança. Em alguns bairros de Macapá, com a implantação da Polícia Interativa, o número de ocorrências policiais baixou em mais de 50%.



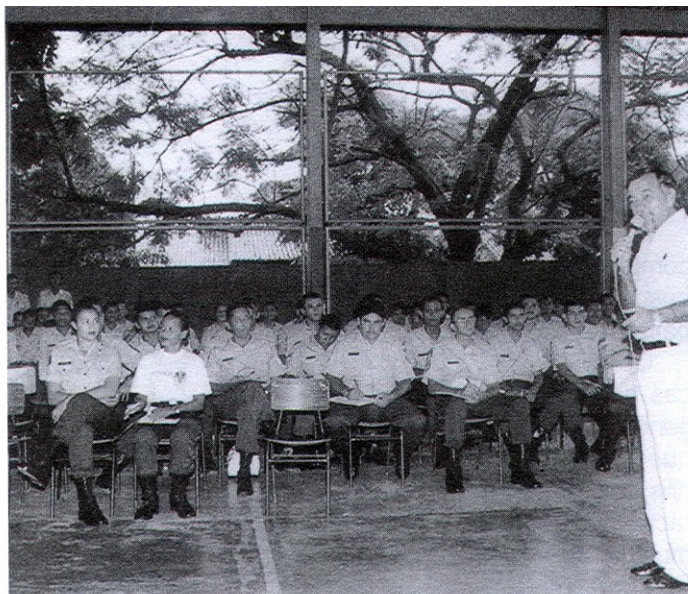
HUMANIZANDO AS AÇÕES POLICIAIS

O objetivo principal desta iniciativa é humanizar as ações policiais. Por isso, são oferecidas, para toda a força policial do estado, cursos de formação, que abordam, de maneira interdisciplinar, conteúdos voltados para a garantia dos direitos humanos e o exercício da cidadania.

Os policiais também participam de dinâmicas de interação em grupo e de processos de auto-análise, cujo intuito é promover uma mudança de comportamento, norteadas por princípios éticos e de cidadania.

CAPACITANDO PARA A CIDADANIA

O Projeto Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania faz parte de um programa mais amplo, que busca o desenvolvimento sustentável do Amapá. Uma das diretrizes deste programa é justamente a formação, capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos do governo estadual.



Governador do Estado em curso para policiais.

Para isto, foi criada uma autarquia estadual, o Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos – CEFORH.

É por intermédio deste centro que são instrumentados os programas de capacitação para os agentes de segurança. São formadas turmas de 50 policiais, em cursos que duram um mês em média. Bimestralmente são realizadas reuniões de avaliação.

As turmas são compostas por policiais de diferentes patentes e corporações, o que acaba por promover uma maior integração entre as diferentes hierarquias entre forças policiais distintas.

A equipe interdisciplinar responsável pelo programa de capacitação é oriunda da própria CEFORD, sendo reforçada, quando necessário, por consultores temáticos especializados.

NOVOS VALORES PARA UMA NOVA POLÍCIA

Os cursos se destacam pela qualidade e pela pertinência dos temas trabalhados.

Os temas abrangem as mais diversas questões, de forma simples e didática. São realizadas discussões conceituais sobre direitos humanos, cidadania, etnia, gênero, classes sociais, poder, formação do Estado e globalização.

Outro bloco de cursos trabalha questões mais práticas que facilitam o cotidiano profissional dos policiais, abrangendo temas como drogas, violência urbana, emergências médicas e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além disso, são realizadas atividades extracurriculares, em que os policiais recebem noções de Tai Chi Chuan.

Através da transmissão destas informações, pretende-se construir uma nova consciência coletiva na força policial, tornando-a mais humanística e adequada para o trabalho junto à população.

A POLÍCIA INTERATIVA DE SEGURANÇA SOCIAL

Com base numa nova concepção de policiamento, são implantadas diversas ações operacionais.

A Polícia Interativa busca uma maior integração com a comunidade, com o objetivo de construir coletivamente a busca das soluções para o problema da criminalidade em bairros específicos da capital.

Com resultado deste projeto, observam-se mudanças no relacionamento dos policiais com a comunidade, sendo adotadas novas formas de abordagem a suspeitos, que levam em consideração o respeito aos direitos humanos, rompendo com a truculência que freqüentemente caracteriza, no Brasil, a relação da força policial com a comunidade.

Para estimular a participação da comunidade, são instaladas caixas coletoras, geralmente próximas a igrejas, que servem de canal de comunicação entre a força policial e a sociedade. Por este meio, que garante inclusive o anonimato, a comunidade pode fazer denúncias, sugestões e reclamações.

A integração com a comunidade também ocorre por meio de cursos de conscientização, promovidos pela Companhia de Polícia Interativa, principalmente dentro de escolas. Dentre as questões enfatizadas nestes cursos, destacam-se a prevenção ao uso de drogas e a disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A gestão da Polícia Interativa fica a cargo de uma ONG, o Conselho Interativo de Segurança, criado especialmente para esta função.

IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS

Em toda a implantação deste programa, pode ser notada a existência de diversas parcerias, de instituições públicas e privadas.

O Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, financia 50% dos recursos necessários para o programa. A Anistia Internacional – Seção Brasil – dá apoio pedagógico para a realização dos cursos. A Universidade Federal da Bahia apóia as ações voltadas para a prevenção ao uso de drogas. O Centro de Formação do Projeto Axé, a Universidade Federal do Amapá e o Centro de Estudos Tai Chi colaboram como consultores do CEFORH.

A ação integrada dos diversos parceiros é que possibilita o caráter multidisciplinar e integrado deste projeto, viabilizando a captação de recursos, de conhecimento e de mão-de-obra, necessários para a operacionalização das atividades.

FORMANDO UMA POLÍCIA CIDADÃ

A grande conquista do projeto Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania é oferecer um novo padrão de atuação policial na área de segurança pública, buscando a formação de uma polícia cidadã.

A construção deste novo modelo ainda está em desenvolvimento. Há de se louvar, entretanto, este tipo de iniciativa que prega a disseminação de ações conscientes de respeito à cidadania, junto à força tarefa policial.

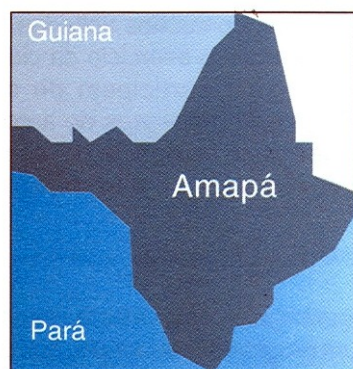
A Anistia Internacional reconheceu esta polícia pública do Amapá como referencial do que pode e deve se replicado em outras unidades da federação e até mesmo em outros países.

O que torna este projeto ainda mais significativo é o fato de o projeto ter sido implantado em um Estado, em que a concepção tradicional da segurança pública é extremamente influenciada pela ideologia das Forças Armadas, cujos objetivos se restringiam à defesa das fronteiras contra invasores externos.

Atualmente, a polícia do Amapá tem contribuído para o fortalecimento das instituições democráticas e para o respeito dos direitos humanos.

São iniciativas como esta que devem ser identificadas e disseminadas, como exemplo do que pode ser feito pelos governos subnacionais brasileiros na busca de uma solução sustentada para um problema que tanto aflige a sociedade brasileira hoje em dia: a segurança pública.

Estado do Amapá na Região fronteira do país.



LIÇÕES DA CULTURA INDÍGENA

Programa Construindo uma Educação Escolar Indígena São Gabriel da Cachoeira, PA

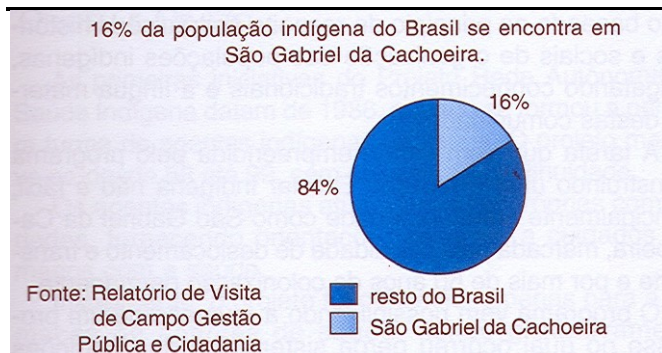
Propiciar educação de qualidade e ao mesmo tempo respeitar as tradições étnicas e culturais das comunidades indígenas atendidas, este é mais um exemplo do Brasil que dá certo.

A cidade de São Gabriel da Cachoeira – AM é o segundo maior município do país em área e concentra a maior população indígena do território nacional: cerca de 40.000 pessoas (16% do total de indígenas brasileiros).

O programa Construindo uma Educação Escolar Indígena, desde fevereiro de 1998, atingiu resultados significativos: capacitou cerca de 200 professores indígenas e construiu 52 novas salas de aula. Neste período, o salário dos professores praticamente dobrou.

Um dos aspectos mais significativos do programa consiste no respeito às tradições culturais das mais de 23 etnias presentes na região.

As cartilhas e os materiais didáticos utilizados são desenvolvidos pelos próprios professores, baseando-se em fatos cotidianos presentes na vida dos indígenas de São Gabriel da Cachoeira. A merenda também é regionalizada, adaptada ao cardápio típico de cada etnia.



UM NOVO MODELO DE ESCOLA PARA INDÍGENAS

Este é realmente um programa pioneiro: pela primeira vez, a educação indígena é contemplada por uma política pública municipal.

O programa tem por objetivo a implantação de escolas específicas para os índios, com um currículo escolar adequado a estas populações, material didático apropriado, infra-estrutura necessária e programas de capacitação para professores da comunidade. Por trás de todas estas atividades está a tentativa de erradicação do analfabetismo, respeitando-se a autonomia dos povos presentes em São Gabriel da Cachoeira.

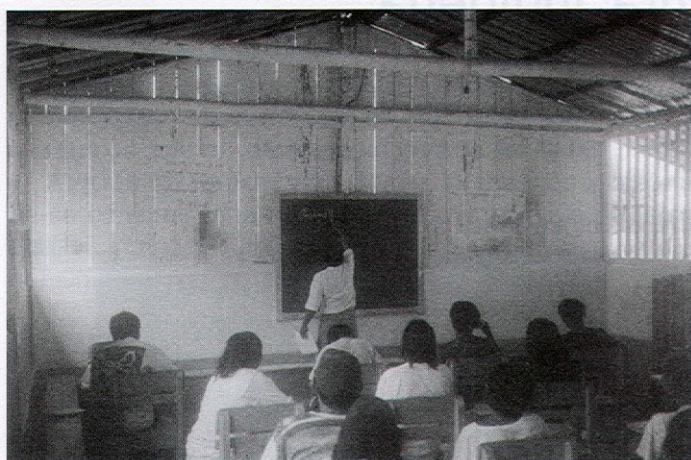
Criança indígena em sala de aula.



Para que isso ocorra, são consideradas as tradições étnico-culturais de todos os 23 povos da região. Pela primeira vez na história do município, o Secretário de Educação é um índio. Mais do que isso, toda a equipe do Programa Construindo uma Educação Escolar é composta por indígenas. Por esta razão, pode-se dizer que se trata de uma política pública pertencente à comunidade, e por isso não sujeita às restrições típicas de programas impostos de cima para baixo, sem a participação ativa da população.

A presença da comunidade pode ser sentida em vários aspectos deste programa. Assim, são os próprios índios que elaboram os regimentos escolares, o calendário do ano letivo, os currículos das disciplinas e, em alguns casos, até a nomeação e o afastamento de professores são decididos pela comunidade indígena. Os Conselhos Indígenas também auxiliam os professores na produção do material didático.

Em São Gabriel da Cachoeira, educar é um estilo de vida.



As diferenças étnicas também são respeitadas; cada etnia desenvolvendo seu próprio projeto de escola, desde a construção da infra-estrutura necessária, até a elaboração do organograma e das atividades a serem desenvolvidas.

A Secretaria Municipal de Educação monitora e acompanha os trabalhos, atuando, sobretudo no sentido de viabilizar as escolhas da comunidade.

PARCERIAS PARA O FUTURO

A Secretaria Municipal de Educação possui um projeto-piloto de escola indígena que será implantado no ano 2000. Neste caso específico, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN e a ONG Instituto Sócio Ambiental – ISA são gestores do projeto, que conta com a colaboração da Secretaria.

Diversas outras entidades atuam informalmente neste programa. A UNICEF apóia uma parte do programa, o barco-escola, que navega pela região ofertando cursos de capacitação para professores e estimulando a discussão sobre os currículos e a produção e disseminação de material didático.

A Universidade do Amazonas contribui, cedendo seis professores que também auxiliam na capacitação dos docentes indígenas.

O Ministério da Educação e a Secretaria Estadual de Educação ajudam imprimindo os livros e materiais didáticos em suas gráficas e doando material escolar para ser utilizado em sala de aula.

A FUNAI também cede parte do material escolar e atua junto aos Conselhos Indígenas viabilizando politicamente esta iniciativa.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Outro mérito que o programa possui é abordar de forma sistemática, no ambiente escolar, alguns temas que devem ser trabalhados junto às crianças, de forma a promover uma maior conscientização das comunidades em relação à preservação ambiental e a noções básicas de saúde, sem, no entanto abandonar os conhecimentos tradicionais das populações indígenas.

Dessa forma, os índios têm acesso a informações básicas sobre saúde e meio ambiente, que entram como temas transversais nos currículos indígenas.

Na área de saúde, há que se louvar o tratamento dado às plantas medicinais, parte essencial da vida indígena, contribuindo para a manutenção sustentada dos conhecimentos indígenas tradicionais.

Em relação ao meio ambiente, são trabalhadas informações básicas para o apoio a atividades típicas sem agressões ecológicas. Assim, os índios aprendem, por exemplo, que não se devem derrubar árvores indistintamente e que não se devem promover queimadas que atrapalhem o período de reprodução de peixes, conhecido como piracema.

UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

Por intermédio desta política pública, as comunidades indígenas de São Gabriel da Cachoeira estão, hoje em dia, conscientes do papel da escola como instrumento de acesso à cidadania, tanto por meio do resgate de conhecimentos tradicionais como pela aquisição de conhecimentos universais.

Este programa conseguiu, assim, desenvolver um modelo baseado no princípio de respeito às tradições históricas e sociais e organização das populações indígenas, resgatando conhecimentos tradicionais e a língua materna destas comunidades.

A tarefa que vem sendo empreendida pelo programa Construindo uma Educação Escolar Indígena não é fácil, principalmente numa localidade como São Gabriel da Cachoeira, marcada pela dificuldade de deslocamento e transporte e por mais de 60 anos de colonização permanente.

O programa vem possibilitando a reversão de um processo no qual ocorreu perda sistemática das tradições culturais com o conseqüente desuso e esquecimento dos diversos dialetos e línguas maternas. Esta reversão vem se dando, no entanto, sem que se “isolem” as comunidades indígenas da sociedade brasileira.

POVOS INDÍGENAS: SAÚDE E DIREITOS

Rede Autônoma de Saúde Indígena - São Gabriel da Cachoeira, AM

Estimulada pelo setor público, a comunidade indígena tem se organizado para construir um sistema de saúde que atenda às suas necessidades, respeitando sua identidade cultural.

No Estado do Amazonas, desenvolve-se o Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena (RASI), que visa contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde dos povos indígenas. Esse projeto é responsável pela formação de agentes de saúde indígenas e pelo estímulo à organização de lideranças que exerçam o controle social dos serviços de saúde prestados na região.

O programa desenvolve ações educativas na área da saúde, objetivando o desenvolvimento de projetos em conformidade com a cultura indígena.

O projeto atua em duas áreas de concentração de povos indígenas: a região do Alto Rio Negro e a região do Alto Rio Solimões.

Na região do Alto Solimões, fronteira com o Peru e a Colômbia, os índios Tikuna estão distribuídos em seis municípios. Na região do Alto Rio Negro, encontram-se grupos representantes dos troncos lingüísticos Tukano, Arwak e Nheengatu. Estes povos concentram-se no Município de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Estado do Amazonas.

ORIGEM E OBJETO

As primeiras iniciativas do Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena datam de 1988, quando se formou a primeira turma de agentes indígenas de saúde. O projeto manteve-se desde 88 até 99, sem solução de continuidade.

Os agentes indígenas atuam em suas próprias comunidades, fornecendo orientações relativas e cuidados primários com a saúde.

Inicialmente, o projeto foi concebido apenas para a formação de agentes de saúde, sendo gradativamente redesenhado e ampliado. Atualmente, mantém também atividades voltadas à organização de lideranças indígenas que influenciem na formulação de políticas públicas de saúde. Desta forma, há uma abordagem pedagógica e política incorporada às ações do projeto.

A equipe do projeto procura estimular estas lideranças a representarem suas comunidades em Conselhos de Saúde, nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e nos demais fóruns voltados ao controle social em saúde.

IDENTIDADE CULTURAL

O projeto tem como princípio respeitar a cultura tradicional indígena.

A equipe do projeto RASI desenvolve um programa de capacitação e educação continuada, que envolve profissionais de saúde indígenas e não indígenas, antropólogos e estudantes universitários.

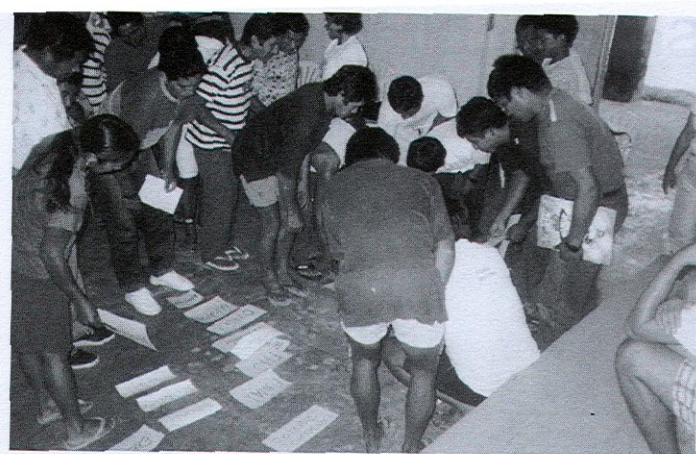
Tendo como marco teórico a antropologia social, o projeto busca o conhecimento etnológico de cada povo indígena para estabelecer uma “ponte” entre o conhecimento científico e a cultura indígena.

Em outras palavras, o conhecimento da tradição indígena é necessário para que os índios possam compreender a informação científica no contexto de seus mitos. Por exemplo, a vacinação é algo estranho à cultura indígena. Por isso, tende a ser alvo de resistência por parte dos índios. Para vencer esta resistência, é necessário estabelecer uma analogia de significado entre as duas culturas, isto é, encontrar, dentro da cultura indígena, elementos que expliquem o que é uma vacina.

Como sabemos, a vacina serve para fortalecer o organismo, tornando-o imune a certos microorganismos. Esta concepção não faz sentido na forma como a cultura indígena compreende o fortalecimento do corpo. Todavia, a função da vacina pôde ser explicada através de comparações com rituais indígenas.

Em algumas tribos, é muito comum a existência de um ritual que celebra a passagem da infância para a idade adulta. Neste ritual, os meninos colocam suas mãos em formigueiros. Suportar as picadas significa fortalecer o corpo. Esta “ponte” de significados facilita a adesão dos índios à vacinação.

Curso de educação para a saúde.



População indígena participando das atividades do programa.

Através do conhecimento da cultura indígena, tem sido possível conceber analogias capazes de dar significado às ações de saúde. A utilização da antropologia tem ajudado neste processo de comunicação entre indígenas e não indígenas.

Este entendimento entre as duas culturas é necessário tanto para a formação de agentes indígenas de saúde, quanto para a formação de lideranças, que necessitam dominar conceitos de saúde para atuarem em colegiados deliberativos.

Além disso, a medicina tradicional indígena é utilizada para a cura de certas doenças. Busca-se resgatar os conhecimentos indígenas, utilizando-se chás e ervas no tratamento destas doenças.

SAÚDE E DIVERSIDADE CULTURAL

Em um breve olhar sobre a história do país, nota-se a ausência de políticas de saúde para os povos indígenas até a década de 80.

Além disso, a dificuldade de entendimento entre população não indígena e a população indígena constituiu um fator de influência negativa para projetos em prol da saúde destas comunidades. As propostas e ações para o povo indígena esbarraram, muitas vezes, no desconhecimento da sua cultura.

Geralmente, os serviços médicos não contemplam as particularidades da cultura indígena, o que reforça a resistência dos índios a tais serviços. Por exemplo, as parturientes indígenas evitam realizar o parto na unidade hospitalar, pois não concordam com os procedimentos adotados no local, que estão em dissonância com os procedimentos indígenas em relação ao parto.

Além disso, a saúde das populações indígenas envolve uma complexidade de fatores que vai além do tratamento curativo. Faz-se necessária a criação de um modelo de assistência à saúde indígena, de cunho preventivo, articulado

ao Sistema Único de Saúde – SUS, que esteja articulado com a realidade cultura e ambiental das populações indígenas.

Neste contexto, o Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena representa uma iniciativa que possibilita, a um só tempo, obter avanços relativos à saúde pública, à identidade cultural e à autonomia dos povos indígenas.

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

No período entre setembro de 98 e julho de 99, o projeto promoveu seis cursos para formação de agentes de saúde e de lideranças indígenas. Os cursos destinam-se tanto a divulgar informações acerca de cuidados com a saúde, como a formar grupos multiplicadores de informação para as comunidades indígenas da região. Nestes cursos, explicam-se e discutem-se os conceitos e as questões operacionais para a formação dos Distritos Sanitários Especiais indígenas, que devem contar com a participação efetiva da população indígena.

O curso é um fórum muito importante para a operacionalização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Estes cursos representam uma forma de garantir e efetivar a representação das organizações indígenas na formação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Os cursos também são destinados a orientar lideranças para os conselhos locais de saúde. Vale a pena destacar que o material didático para os cursos foi elaborado na língua indígena.

Como resultado destas ações verifica-se a conquista de espaços nas instâncias de definição de políticas para a saúde. O Conselho Municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira é composto, em sua maioria, por indígenas. Em julho de 99, este Conselho era presidido por um índio.

Conselhos Municipais de Saúde são órgãos deliberativos, isto é, sua finalidade é tanto exercer controle sobre os serviços de saúde, como debater as diretrizes da política de saúde do município. Por isso, a atual composição do Conselho sugere uma efetiva participação da população indígena na formulação de políticas públicas de saúde.

O Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena não é o único responsável por esta conquista, mas desempenhou importante papel na definição da composição do Conselho Municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira.



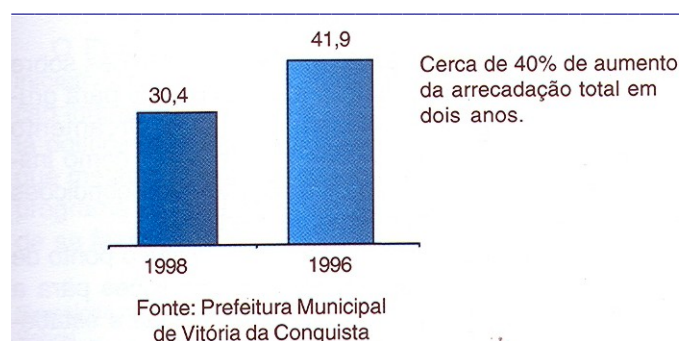
TRANSFERÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E DINHEIRO EM CAIXA

Fortalecimento Financeiro do Município com Justiça Fiscal a Serviço da Cidadania - Vitória da Conquista, BA

São direitos básicos da cidadania o acesso às informações sobre o funcionamento do setor público, a democratização das decisões, a justiça fiscal e o impedimento do uso privado da verba pública.

A Prefeitura de Vitória da Conquista, na Bahia, conseguiu obter expressivo aumento da arrecadação: a do IPTU dobrou entre 1996 e 1998 e a do ISS aumentou em 54%. Dessa forma, como pode ser observado no gráfico abaixo, a arrecadação total do município aumenta em 40%. Com o dinheiro suplementar, a Prefeitura colocou o salário dos funcionários em dia e ainda isentou mais de 4.000 famílias do pagamento do IPTU.

Esta conquista só foi possível porque o município, desde 1996, concentrou suas ações em três frentes distintas: elevação das receitas, implantação da progressividade fiscal e do orçamento participativo.



ELEVAÇÃO DAS RECEITAS

Para elevar as receitas, a principal providência tomada foi a instituição da cobrança do ISS por estimativa. Assim, o contribuinte recolhe o imposto junto à prefeitura conforme uma estimativa de seus custos e de seus lucros.

A Prefeitura calcula esta estimativa com base no número de empregados das empresas e seus respectivos salários, no aluguel que as empresas pagam e nos lucros que elas realizam todos os meses. Se o contribuinte considera que está sendo cobrado além do correto, pode, por meio da apresentação das notas fiscais, requisitar a restituição do que foi cobrado a mais.

Obra construída com recursos do IPTU.



Esta prática, além de aumentar a arrecadação do município, estimula a emissão da nota fiscal,

PROGRESSIVIDADE FISCAL

Vitória da Conquista procurou também eliminar a injustiça, visando repartir de forma mais equilibrada o peso dos impostos entre os contribuintes.

Alguns impostos possuem uma alíquota única que incide sobre os contribuintes, independentemente de seu nível de renda, assim, quem ganha um ou trinta salários mínimos acaba pagando a mesma alíquota de IPTU.

Por isso, a Prefeitura isentou a população de baixa renda do pagamento da parcela do IPTU correspondente à Taxa de Limpeza Pública. Essa taxa, que possui um valor fixo, foi substituída por um aumento da alíquota de IPTU pago pelas classes de renda superior. Além disso, a Prefeitura de Vitória da Conquista instituiu por lei a isenção do IPTU para famílias com renda de até dois salários-mínimos.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A participação popular também foi estimulada por intermédio da implantação do Orçamento Participativo no município. Como nas experiências similares de Porto Alegre, Santos e Ipatinga, o Orçamento Participativo tornou-se uma escola de cidadania.

Neste processo, o secretário e alguns técnicos da Secretaria de Finanças do município reúnem-se com delegados eleitos pela população para definir como será investida parte do orçamento total da cidade (2% em média).

Além do aprendizado sobre o que é um orçamento, de onde vêm as receitas e como se distribuem os gastos e atribuições das diversas esferas de poder, os moradores de Vitória da Conquista escolhem como e onde a Prefeitura deve investir.

ARTICULANDO AS AÇÕES DE GOVERNO

A articulação das ações adotadas, de elevação das receitas e controle das despesas, tornou-se fundamental para que houvesse verbas de investimento disponíveis para a votação no Orçamento Participativo.

Por exemplo: o Orçamento Participativo colabora para o controle das despesas, uma vez que a população toma consciência da insuficiência de receitas para atender a todas as necessidades da comunidade. Assim, fica reduzida a possibilidade de se aprovarem obras de pouco interesse social.

As ações de governo também se articulam visando à participação conjunta de diversas secretarias, o que contribui para a eficácia do programa.

Secretários municipais de outras áreas (que não a de Finanças) demonstram estar conscientes da importância do saneamento das contas públicas. Eles também declaram apoio ao Orçamento Participativo, interessando-se em participar cada vez mais desta iniciativa.

O aumento das receitas gerou uma série de benefícios no que se refere às despesas. Houve regularização dos pagamentos a servidores, fornecedores e credores. Os fornecedores recebem dentro dos prazos contratados, evitando o pagamento de juros e multas.

A Prefeitura também conseguiu, por força de sua agilidade em obter recursos e da recuperação de sua saúde financeira, celebrar diversos convênios com o Governo Federal, que injetou mais verbas no município, possibilitando a criação de vários programas na área social. Um exemplo, entre outros, é o Projeto Conquista Criança, de assistência a criança em situação de risco social.

Os salários do funcionalismo, atrasados há quatro meses, foram colocados em dia ainda em 1997, primeiro ano de governo da atual gestão. O pagamento da primeira metade do 13º salário de 1999 ocorreu em junho. Além disso, os salários dos servidores municipais foram reajustados.

Quanto à justiça fiscal, segundo informações da Prefeitura, em julho de 1999, quase 100% das famílias do município foram beneficiadas com a isenção do IPTU.

APRENDIZAGEM POLÍTICA

A combinação do Orçamento Participativo com a divulgação dos balancetes da Prefeitura criou condições para mudanças na relação entre o Estado e a sociedade civil.

O governo municipal começa a se tornar “público” e a se colocar a serviço dos cidadãos de Vitória da Conquista.

Orçamento Participativo.



O orçamento do município sempre foi uma “caixa preta”, elaborado nos gabinetes da prefeitura, sem nenhum tipo de divulgação ou participação popular. O processo atual, portanto, pode gerar uma ampliação da cidadania em dois aspectos.

Primeiro, os integrantes do Orçamento Participativo podem entender melhor como funciona o orçamento público, compreendendo assim como o governo está atuando; também podem escolher as obras a serem executadas pelo município. Trata-se de um processo de aprendizagem política.

A inclusão dos grupos tradicionalmente excluídos das decisões e de acesso a serviços públicos constitui um avanço importante.

Em segundo lugar, a divulgação de informações sobre as finanças do município amplia a cidadania até para grupos que não têm interesse em discutir o Orçamento Participativo. Essas informações podem servir como instrumento para que todos os cidadãos tenham condições de entender e avaliar o governo do município.

É importante notar que o programa constitui o ponto de partida para outras mudanças, criando condições para a extensão da cidadania às populações excluídas e estabelecendo uma base financeira para a execução de diversos projetos sociais, que atendem a população de baixa renda.

Iniciativas assim, que recuperam a capacidade de investimento dos municípios e destacam valores como responsabilidade, justiça social e transparência nas contas públicas, ganham ainda mais importância quando se consideram as atuais condições do país.

Atualmente, os municípios enfrentam o problema de escassez de recursos, apesar de terem ampliado sua participação no bolo tributário com a Constituição de 88. As dificuldades financeiras têm diversas causas, como o fim do financiamento inflacionário, a instituição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) por parte do governo federal e a diminuição da atividade econômica.

DIREITOS ASSEGURADOS DESDE O BERÇO

Programa Sobral Criança - Sobral – CE

Apoiar e acompanhar a criança, desde o seu nascimento, até a maturidade, fornecendo todas as condições para que ela se desenvolva enquanto cidadã. Este é mais um exemplo do Brasil que dá certo.

O Programa Sobral Criança obteve resultados significativos, desde sua implantação em 1997.

O coeficiente de mortalidade infantil caiu cerca de 17% entre 1996 e 1998. Já as matrículas para o ensino fundamental, na rede pública municipal, aumentaram 77%, indo de 9.070 para 16.086 crianças matriculadas. Ainda na área de educação, o percentual de alunos que apresentavam defasagem de idade, em relação à série cursada, caiu de 68,2% para 35,6%.

A intersectorialidade das ações de governo e a articulação existente entre os diversos atores sociais são fatores-chave que contribuíram para o sucesso do Programa Sobral Criança.

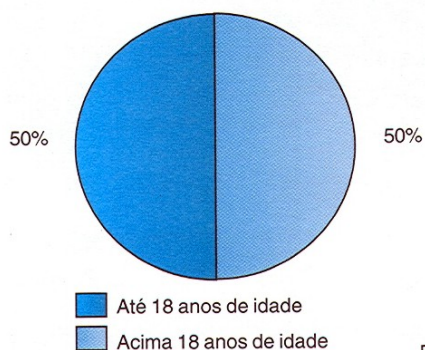
UM NOVO MODELO DE POLÍTICA PÚBLICA

O Programa Sobral Criança se apresenta como uma iniciativa bem sucedida, formulada para atender a população infantil de Sobral. Ter esta população como foco desta política é de fato uma necessidade, num município em que a metade da população tem idade inferior a 18 anos. O programa representa, além disso, uma inovação na forma de ser fazer política pública.

Exposição de pinturas de alunos da rede pública na Casa da Cultura em Sobral.



Metade da população de Sobral possui de 0 a 18 anos de idade.



Fonte: IBGE

A intersetorialidade produz maior interação entre as diversas ações da Prefeitura, articulando-se vários objetivos setoriais em torno do atendimento das crianças e adolescentes de Sobral.

A articulação entre a Prefeitura, diversas instituições governamentais e a sociedade civil organizada estabeleceu um canal de comunicação permanente, que facilita a definição e o direcionamento das ações de governo.

Assim, a Prefeitura de Sobral conseguiu implantar, democraticamente, os três comitês de atuação que caracterizam este programa.

COMITÊ NASCER EM SOBRAL CRIANÇA

O Comitê Nascer em Sobral Criança preocupa-se com ações voltadas ao apoio à gestação e ao nascimento das crianças de Sobral.

Por intermédio deste comitê, articulam-se instituições diversas, como os órgãos de saúde e de assistência social da Prefeitura, diversos conselhos municipais, hospitais, igrejas e associações de moradores, de médicos e de agentes de saúde, além do Judiciário e do Legislativo municipal.

O Comitê Nascer em Sobral Criança se reúne periodicamente e discute, de forma sistematizada, as propostas de atividades que serão posteriormente implementadas.

Como frutos deste trabalho foram apresentados e discutidos projetos de prevenção da gravidez na adolescência, de assistência e acompanhamento de gestações de risco e de instituição da caderneta da mãe e da criança, entre outros exemplos.

Este comitê concentra sua atuação em atividades relativas à área de saúde.

Oficina de Capoeira.



COMITÊ CRESCER E DESENVOLVER EM SOBRAL CRIANÇA

O Comitê Crescer e Desenvolver em Sobral Criança funciona nos mesmos moldes institucionais do Comitê Nascer em Sobral Criança.

Seus objetivos, porém, são relacionados ao processo de crescimento e desenvolvimento educacional, cultural, moral, ético, artístico e humano das crianças.

As parcerias que se articulam são um pouco diferentes, envolvendo dentre outros, a Secretaria Municipal de Educação, o Legislativo municipal, o Judiciário, a Universidade do Vale do Acaraú, a Pastoral da Criança, a APAE, igrejas, o SESC, o SESI e ligas de futebol e das escolas de samba de Sobral.

Neste comitê, as ações referem-se, por exemplo, à prevenção ao uso de drogas, ao combate à prostituição infantil, a programas de desenvolvimento artístico e educacional, a ações de educação ambiental, a diversas atividades de socialização, de lazer e cultura e a programas de educação profissionalizante. O Comitê Crescer e Desenvolver em Sobral Criança focaliza em suas ações questões relativas à educação, à cultura e a atividades de caráter preventivo.

COMITÊ SOBRAL CRIANÇA CIDADÃ

Este comitê rege sua atuação pela proteção dos direitos da criança e do adolescente. Também é abordada, de forma mais acentuada, a questão da educação profissional, de forma a possibilitar que estas crianças e adolescentes possuam uma profissão quando crescerem.

Em torno deste comitê, articulam-se diversas Secretarias Municipais (saúde e assistência social, educação, cultura, desenvolvimento urbano), e instituições como a Universidade do Vale do Acaraú, os conselhos tutelares e de assistência social, órgãos da administração pública federal (Ministério do Trabalho e DETRAN) e várias entidades organizadas da sociedade civil que militam na área da criança e do adolescente. Também atuam neste comitê o SESI, o SENAC, o SEBRAE, além de igrejas e de associações diversas.

É neste comitê que se procede a uma defesa mais rigorosa das crianças, visto que nele estão concentradas ações voltadas para a profissionalização e para a defesa preventiva e emergencial de crianças e adolescentes em situação de risco social.

OUTROS PROGRAMAS E ENTIDADES PARTICIPANTES

Outras entidades e programas também atuam de forma complementar no Programa Sobral Criança.

O Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes, que conta com verbas do BID e do governo estadual do Ceará, também trabalha, de maneira interdisciplinar, o apoio às crianças de Sobral em situação de risco.

Já o Centro Tecnológico de Educação Básica – CETEB – e o Instituto Airton Senna, dão apoio ao programa Acelera Brasil, que financia a aceleração de aprendizagem de 3.750 alunos de Sobral.

O Programa Saúde de Família, da Prefeitura de Sobral, implantou 31 equipes de saúde, conseguindo atender a 100% das famílias sobralenses, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Sobral.

As parcerias que envolvem este programa dão bem o tom de estímulo à participação que a Prefeitura vem adotando.

O fato de diversas entidades e setores trabalharem conjuntamente favorece a manutenção das ações no longo prazo, visto que este é um programa que se constrói coletivamente.

VALORIZANDO A INTERSETORIALIDADE

A intersectorialidade é outra importante característica deste programa. A articulação horizontal de diversos programas e políticas municipais rompem com a fragmentação e a setorialização tão presentes na administração pública brasileira.

Com isso, o programa ganha em eficiência, em sustentabilidade e apresenta resultados mais significativos.

O Programa Sobral Criança inova ao articular diversas entidades e objetivos em torno de um eixo central: a proteção e o apoio a crianças e adolescentes.

Este programa também inova ao estimular a gestão participativa de instituições públicas e entidades organizadas da sociedade civil. Dessa forma, o poder público municipal abre espaços para que a comunidade e suas lideranças participem da definição da agenda de políticas públicas.

Além disto, este programa inova ao contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes de Sobral.

ONDE A UNIÃO FAZ A LAVOURA

Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (CINPRA) - Maranhão

A capital do Maranhão se une a quatorze municípios do seu entorno com o objetivo de garantir assistência técnica para a agricultura familiar

Os brasileiros estão cada vez mais habituados a ouvir falar em agentes comunitários de saúde e em consórcios intermunicipais de saúde. Mas agentes comunitários de produção e consórcios voltados para a agricultura ainda constituem novidade. Em São Luís do Maranhão e em mais quatorze municípios de seu entorno, essa novidade existe desde que se formou o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (CINPRA).

O Consórcio começou a funcionar em 1997 e tem por objetivo enfrentar dois problemas da região: o abastecimento de gêneros alimentícios e a falta de apoio à agricultura familiar. A capital maranhense “importa” de outros estados, principalmente do Sudeste, quase 80% dos cereais e hortifrutigranjeiros que consome. Os pequenos produtores dos municípios vizinhos, que poderiam dar conta desse suprimento, encontravam-se desamparados pelos órgãos oficiais de assistência técnica rural.

O problema agravou-se com a desestruturação da Emater local, num estado que já não contava com nenhuma unidade da Embrapa. Quando formaram o Consórcio, os municípios tiveram de lidar até com o despreparo de suas próprias secretarias de agricultura, prejudicadas pela escassez de pessoal qualificado. Alguns municípios nem sequer tinham secretaria de agricultura.

A falta de apoio ao pequeno produtor causava sérias consequências sociais, pois a maior parte da população dos municípios integrantes do CINPRA (à exceção de São Luís) habita a zona rural. Em geral são pessoas que praticam atividades agrícolas de subsistência, empregando técnicas rudimentares e a mão-de-obra da família. Dependem do pequeno excedente gerado por essas atividades para pagar o “foro”, espécie de aluguel pela terra que ocupam.

A viabilização da assistência técnica a esse tipo de agricultor, capacitando-o para melhorar seu nível de renda, foi uma das metas que nortearam a criação do CINPRA. A iniciativa partiu da Secretaria de Agricultura de São Luís e envolveu técnicos, secretários de agricultura e prefeitos de outros 14 municípios, num raio de 270 quilômetros da capital.



Mulher descascando mandioca.

AGENTES DE PRODUÇÃO

A formação do Consórcio superou inclusive as diferenças políticas entre os prefeitos, que se reúnem a cada três meses e integram o conselho de administração. A análise dos projetos e o planejamento das atividades estão a cargo do conselho de secretários municipais de agricultura, cujas reuniões são mensais. Além disso, há um grupo executivo, constituído por 10 técnicos, responsável pela implementação das decisões.

Por estar organizado de forma simples, o Consórcio tem agilidade e flexibilidade para realizar seu trabalho. Logo após sua criação, o grupo estabeleceu um convênio com a Embrapa, possibilitando a criação de cursos para os pequenos produtores e para os técnicos municipais. Como não há unidades da Embrapa no Maranhão, o Consórcio paga as passagens e diárias dos técnicos da empresa.

Criaram-se quatro cursos, destinados a melhorar o potencial econômico da cultura do caju, da criação de caprinos, da produção de hortaliças e do cultivo de mandioca, atividades tradicionais da região. Considerando-as como base para os investimentos na produção familiar, os cursos disseminaram conhecimento técnico para uma população geralmente desprovida de acesso a tais informações. Nos municípios de Viana e São João Batista, a assistência técnica baseia-se na atividade dos agentes comunitários de produção. Eles trabalham como multiplicadores do conhecimento, tendo a vantagem de fazerem parte da própria comunidade, o que permite melhor interação com os produtores locais.



O caju nosso de cada dia.

O convênio entre a Embrapa e o CINPRA possibilitou que as atividades de extensão rural chegassem ao agricultor pobre, produzindo resultados também sobre a alimentação popular.

Informações a respeito do cultivo da mandioca e da produção de farinha, por exemplo, têm grande importância para a população carente, pois esses alimentos compõem parte significativa de sua dieta.

Também de grande impacto para a população de baixa renda é o programa de estímulo à caprinocultura-ovinocultura. Além do baixo custo, a criação de cabras oferece como atrativos a grande produção de leite e o elevado valor protéico da carne.

O Projeto Caju, por sua vez, pretende contribuir para o desenvolvimento agro-industrial, com a distribuição de cem mil mudas enxertadas de caju-anão-precoce.

DE ONDE VEM O DINHEIRO

Para a realização de tais atividades, teve papel fundamental o aporte financeiro do CINPRA. Os municípios integrantes do Consórcio destinaram 0.5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para a formação de um fundo de financiamento aos programas de assistência técnica e extensão rural. Na prática, o fundo representa uma transferência de recursos de São Luís para os outros municípios, devido à participação da capital na integralização dos recursos. Em média, São Luís participa com dois terços dos recursos do fundo, que em 1998 contou com um total de R\$ 241 mil.

Mais recentemente, o CINPRA firmou uma parceria com o Banco do Nordeste, que criou linhas de financiamento para programas acompanhados pelo Consórcio. Um deles é o Pró-Mulher, um programa de financiamento para “mulheres empreendedoras”, apoiando empreendimentos de até R\$ 5 mil.

Além das parcerias com a Embrapa e com o Banco do Nordeste, o CINPRA também firmou um acordo com a Universidade Estadual do Maranhão, que colocou professores e pesquisadores à disposição dos municípios, para cursos de capacitação.

RESULTADOS DO TRABALHO CONJUNTO

A articulação com todas essas instituições propicia um dos resultados mais importantes do trabalho realizado pelo CINPRA. Como se sabe, pequenos produtores dificilmente tem acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, deixando de receber informações que poderiam ajudá-los a melhorar sua produtividade e seu nível de renda. Por outro lado, também não encontram apoio em bancos oficiais de fomento, porque não têm condições (garantias, etc.) de alcançar os empréstimos nem mesmo das linhas de crédito dirigidas à agricultura familiar.

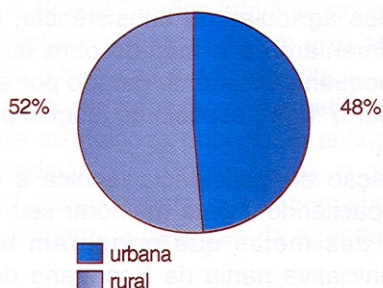
Por isso, a rede de instituições que se organizou em torno do CINPRA desempenha um papel social de extrema relevância. Embora ainda não se tenha conseguido formalizar da mesma maneira a ligação com associações de produtores e outras organizações não governamentais, as parcerias já construídas permitem apoiar o pequeno agricultor de forma inovadora.

Com apenas dois anos de funcionamento, ainda não é possível constatar todos os impactos gerados pela formação do Consórcio. Evidentemente, um dos resultados mais visíveis está na garantia de emprego e renda para um considerável contingente da população pobre de quinze municípios.

A estruturação das secretarias municipais de agricultura, com pessoal qualificado, representa outro avanço, obtido graças principalmente ao trabalho da equipe técnica do CINPRA e da Embrapa.

Em breve, deve-se conseguir também reduzir o preço dos alimentos em São Luís do Maranhão.

Grande parte da população maranhense ainda se encontra no meio rural.



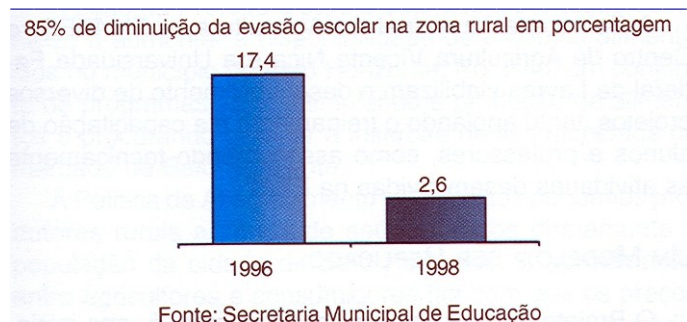
Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Maranhão.

VIABILIZANDO A ATIVIDADE RURAL COM CRIATIVIDADE

Projeto Escola Família Agroindustrial - Turmalina, MG

Estimular a educação básica e profissionalizante com responsabilidade, uma verdadeira aula de cidadania no interior do Brasil.

Os dados relativos à educação, do município de Turmalina, em Minas Gerais, são bastante positivos. No período de 1996 a 1998, o índice de evasão escolar na zona rural, como pode ser observado no gráfico abaixo, decresceu 85%, enquanto o número de alunos atendidos pelo transporte escolar mais do que dobrou. Ainda durante este período, o número de adultos em processo de alfabetização saiu de zero para 261 e a distribuição de cadernos para alunos de diversos níveis passou de 744 para cerca de 9.000 unidades.



A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO

Quando da posse da atual gestão na prefeitura de Turmalina, a Secretaria da Educação estabeleceu como meta a universalização do ensino no município.

Para atingir esta meta, foram implantadas três medidas em caráter de urgência: a instituição do reforço alimentar nas escolas; o reajuste em mais de 60% do salário dos professores e a contratação de mais docentes.

Estas medidas não foram, no entanto, suficientes para garantir o acesso à educação de toda a população do município. Uma importante parcela dos moradores de Turmalina ainda continuava excluída dos benefícios da educação: os moradores das comunidades rurais, mais distantes do centro urbano do município.

Para resolver este problema, a prefeitura passou a trabalhar em outros três eixos distintos.



Oficina de Panificação.

TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar foi um eixo privilegiado porque algumas comunidades chegavam a distar trinta quilômetros do centro urbano de Turmalina.

Assim, o transporte escolar oferecido pela prefeitura foi ampliado, de forma a atender também aos alunos da primeira à oitava série de algumas das localidades mais distantes.

PROGRAMA BOLSA-ESCOLA

A questão da distância, associada à baixa renda das famílias no meio rural, estimulava a evasão escolar. A Prefeitura, querendo acabar com este problema, instituiu o Programa de Bolsa-Escola.

Assim, as famílias da zona rural cuja renda *per capita* não ultrapassava um quinto do salário mínimo, que moravam a mais de cinco quilômetros da escola mais próxima e que não eram atendidas pelo transporte escolar, passaram a receber um terço do salário mínimo para cada filho matriculado da primeira à quarta série, até o limite de três filhos.

ESCOLA FAMÍLIA AGROINDUSTRIAL

A Escola Família Agroindustrial de Turmalina – EFAT foi implantada pela prefeitura com o objetivo de garantir a vaga para o segundo ciclo, para aqueles alunos excluídos do transporte escolar, visto que moravam nas comunidades mais distantes.

O regime adotado foi a pedagogia da alternância, onde a criança passa 15 dias na escola, cumprindo uma carga horária de dez horas-aula por dia, e depois passa 15 dias em casa, auxiliando a família na manutenção das pequenas propriedades rurais. Enquanto estão em casa, fazem também o “dever de casa”, que em sua maioria, consiste na aplicação – com a ajuda dos familiares – do que foi aprendido na escola ao ambiente de moradia e às atividades agrícolas.

A EFAT atende 166 alunos, na sua maioria meninas. A separação das turmas é feita por sexo: quando as meninas vão à escola, os garotos estão em casa, e vice-versa.

A Associação Mineira de Escolas Famílias Agrícola faz o acampamento dos trabalhos, e para o melhor funcionamento da escola, é necessário que a Associação de Pais atue ativamente.

Parte do curso é formada pelas disciplinas profissionalizantes, que permitem a aplicação prática do conhecimento adquirido na escola, em casa. A outra parte do curso acaba oferecendo aos alunos a condição necessária para obtenção de certificado de conclusão do segundo ciclo do ensino fundamental.

O aprendizado abrange os diversos setores existentes nas pequenas propriedades rurais como, por exemplo, horticultura, viveiros, avicultura, caprinocultura, etc.

Também são oferecidos cursos de informática, bordado, corte e costura, arte circense, teatro, etc.

Algumas destas atividades funcionam como geradoras de renda, auxiliando a manutenção das famílias mais carentes.

Outra parte destas atividades fornece produtos para a preparação da merenda escolar, não só na EFAT, mas também nas demais escolas do município, como é o caso da panificação e da horticultura.

A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

As famílias dos estudantes estão sempre envolvidas com a comunidade escolar. Aos domingos, os professores visitam os pais, e, semestralmente, são realizados encontros nas comunidades em que as famílias residem, com a participação de todos os estudantes.

A cada três meses, são realizadas reuniões na escola, nas quais os pais têm acesso a palestras e serviços de saúde.

A partir desta iniciativa, já se notaram mudanças nos hábitos relativos à higiene e cuidados com alimentos, fundamentais à prevenção de doenças. Nestes encontros, também são discutidas questões de cunho ambiental, havendo ainda apresentações de produções teatrais realizadas pelos alunos.

A participação familiar também se manifesta na Associação de Pais, a qual se co-responsabiliza pela gestão da unidade de ensino.



Horta Familiar.

PARCERIAS QUE ARTICULAM O FUTURO

Além das famílias, outras entidades participam ativamente do projeto, como instituições parceiras.

A Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital São Vicente de Paula oferecem atendimento médico e odontológico para os alunos, além de desenvolverem atividades de medicina preventiva.

A Pastoral da Criança e o Governo Federal, via Programa Nacional de Alimentação Escolar, trabalham no sentido de viabilizar a merenda escolar.

A Secretaria Municipal de Agricultura, a EMATER, o Centro de Agricultura Vicente Nica e a Universidade Federal de Lavras viabilizam o desenvolvimento de diversos projetos, tanto apoiando o treinamento e a capacitação de alunos e professores, como assessorando tecnicamente as atividades desenvolvidas na EFAT.

UM MODELO A SER REPLICADO

O Projeto Escola Família Agro-Industrial é uma iniciativa que merece ganhar destaque e ser replicada em outros Estados da federação.

Uma mudança mais profunda do modelo produtivo agro-industrial brasileiro passa necessariamente pela pequena propriedade, com a implantação de programas de capacitação técnica adequados.

O projeto em questão fornece ensino de qualidade para crianças anteriormente excluídas do processo escolar, tanto por problemas financeiros, como pela distância entre as comunidades rurais e as escolas do município.

Ao manter a criança vinculada ao seu local de origem, este projeto evita o êxodo rural de maneira auto-sustentável, ou seja, criando condições para que a atividade rural se viabilize, econômica e culturalmente.

COMBATENDO A DESNUTRIÇÃO

Política Municipal de Segurança e Abastecimento Alimentar - Belo Horizonte, MG

Propiciar abastecimento alimentar com preços acessíveis a toda população da cidade e gerar emprego e renda para pequenos agricultores da região é cultivar a cidadania alimentar.

A Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte foi iniciada em 93, para garantir alimentação a todos os cidadãos do município.

Esta política consiste no estímulo à produção de alimentos e em sua comercialização, atuando também em relação aos hábitos de consumo da população. Assim, cada linha de atuação (abastecimento, comércio e consumo) conta com programas específicos para a área em que atua.

PRODUÇÃO

A ação da Prefeitura para o estímulo à produção destina-se a aumentar a disponibilidade de produtos alimentícios no município de Belo Horizonte. Por isso, um conjunto de programas atua estimulando a produção de alimentos e procurando garantir a inserção destes alimentos no mercado de Belo Horizonte.

A Política de Abastecimento viabiliza aos pequenos produtores rurais a venda de seus produtos diretamente à população da cidade de Belo Horizonte. A aproximação entre agricultores e consumidores faz com que os preços dos hortifrutigranjeiros sejam mais baratos que a média de preços cobrada em supermercados, sacolões e feiras.

Os produtores rurais são incorporados ao mercado através de licitação pública e seus produtos passam por controles de preço e de qualidade. Além disso, eles são orientados para se organizarem em associações e cooperativas, a fim de se estabelecerem efetivamente no mercado, aperfeiçoando e diversificando sua produção.

Visando ampliar a inserção dos pequenos agricultores no mercado, a Secretaria Municipal de Abastecimento identifica a demanda de grandes consumidores (hospitais, sacolões, restaurantes, etc), colocando esta informação à disposição dos produtores, que, de acordo com o seu potencial, passam a vender seus produtos diretamente a estes grandes consumidores.

Para incentivar o cultivo agrícola e ampliar as alternativas alimentares, a Prefeitura distribui gratuitamente mudas de árvores frutíferas e compostos orgânicos, juntamente com um material educativo sobre o plantio. Com este mesmo propósito, foram implantadas hortas em escolas municipais, associações e creches.

Assim, a merenda escolar é enriquecida, ao mesmo tempo em que se incentiva o trabalho associativo, criando-se alternativas para o auto-abastecimento, juntamente com a difusão de técnicas agro-ecológicas.



Programa Hortas Comunitárias.

PREÇOS MAIS BARATOS

Outro ponto de destaque na atuação da Política Municipal de Abastecimento refere-se à sua intervenção na comercialização de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene pessoal. O módulo de programas voltados à comercialização também visa aumentar o abastecimento e baratear o preço dos produtos, mas envolve os comerciantes e não os produtores.

Neste caso, a Prefeitura firma contratos com comerciantes, que têm permissão para vender determinados produtos, em locais públicos e de fácil acesso.

Os preços dos produtos vendidos nos programas de comercialização são controlados, de forma que toda a população possa ter acesso a estes produtos.

Além de pontos fixos na cidade, o comércio se estende às áreas periféricas do município, através da mobilidade dos postos de venda nos finais de semana.

Esta foi uma estratégia encontrada pela administração municipal para atender à população de baixa renda, geralmente localizada em áreas de pouco interesse mercadológico. Nestes postos móveis, encontram-se verduras, legumes e frutas, vendidos a um preço único, como nos sacolões da rede privada. Os preços cobrados por estes postos da prefeitura eram, em julho de 99, cerca de 50% mais baratos que os preços cobrados pelos sacolões da rede privada.

O Projeto efetua também um cadastramento do segmento populacional cuja renda vai até dois salários mínimos. Este cadastramento permite o comércio de alimentícios, material de limpeza e higiene pessoal, com um subsídio de 45% dos preços por parte da Prefeitura.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA COMBATER A DESTRUIÇÃO

A terceira frente de ação da Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar é constituída por um conjunto de programas de educação para o consumo e combate à desnutrição. Em um dos projetos deste módulo, é feito um trabalho de educação para o consumo, informando-se como é possível se alimentar bem a preços módicos.

A Política Municipal de Abastecimento inclui também a elaboração de cardápios para todas as escolas municipais e da rede filantrópica, com a adoção de alimentos *in natura* na merenda escolar e a implantação da continuidade da alimentação nas férias.

Nos postos de saúde é fornecido suplementação alimentar para crianças desnutridas, gestantes e nutrizes.

O Restaurante Popular, localizado no centro da cidade, fornece refeições com preços subsidiados. No almoço, a refeição custa R\$ 1,00 e, no jantar, é servido um caldo ou sopa, a R\$ 0,50.

Programa Cestão Popular.



Restaurante Popular



RESULTADOS DA ATUAÇÃO MUNICIPAL

Segundo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em julho de 99, a Política Municipal de Abastecimento envolvia produtores de 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que vendiam seus produtos no município de Belo Horizonte. Nesta data havia também 68 hortas comunitárias em manutenção no município.

Quanto à alimentação do escolar, em julho de 99, todas as 175 escolas municipais tinham o cardápio de suas merendas escolares elaborado pela Secretaria de Abastecimento, atendendo a cerca de 150 mil alunos. No tocante ao combate à desnutrição, havia cerca de oito mil pessoas (crianças, gestantes e nutrizes) que recebiam suplementação alimentar em Centros de Saúde e entidades filantrópicas. Segundo dados da Secretaria de Abastecimento, em maio de 99, cerca de 200 creches recebiam gêneros alimentícios da Prefeitura, com orientações relativas à composição do cardápio.

As principais conquistas da Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar estão no campo social. Em outras palavras, todas as camadas sociais têm acesso a gêneros alimentícios e a refeições, com preços acessíveis às suas condições financeiras.

Por sua vez, esta Política também assegura renda e trabalho ao pequeno produtor, que passa a contar com a certeza da venda de seus produtos.

EVITANDO O TRABALHO INFANTIL, PROMOVENDO A EDUCAÇÃO

Programa Bolsa Familiar Para a Educação / Bolsa Escola - Belém, PA

É possível combater a pobreza através de programas voltados à educação de crianças e adolescentes e do treinamento profissional para os pais.

Em julho de 99, 4500 famílias de Belém, em situação de extrema pobreza e com filhos entre 4 e 14 anos, eram atendidas pelo Programa Bolsa Familiar para a Educação. Neste mesmo ano, foram disponibilizadas mais de 320 bolsas, oriundas das demandas estabelecidas pelo Orçamento Participativo, perfazendo um total de 4820 bolsas.

O principal objetivo deste programa é garantir a permanência e o sucesso escolar de crianças e adolescentes na faixa etária entre 4 e 14 anos, em situação de extrema pobreza, cujos pais são desempregados.

Cada família atendida recebe um salário-mínimo durante dois anos, devendo manter seus filhos na escola, com frequência comprovada de 90%.

Os adultos das famílias beneficiadas também participam de programas de geração de emprego e renda, para terem condições de vida. Com isso, pretende-se que as crianças possam continuar estudando, não precisando contribuir para a renda doméstica, mesmo com o término da bolsa de auxílio financeiro.

Iniciado em março de 97, o Bolsa-Escola desenvolveu-se em articulação com outros programas e projetos, como o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), projetos voltados para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e um projeto destinado a dar assistência aos catadores de lixo (pessoas que sobrevivem do que é encontrado nos depósitos de lixo).

“CARTÃO POSTAL” COM GRAVE QUADRO SOCIAL

A cidade de Belém destaca-se como um cartão postal do Brasil, patrimônio histórico e natural, tendo, em suas proximidades, a beleza da fauna e da flora amazônica. Entretanto, a cidade apresenta graves indicadores sociais.

Contando com uma população de mais de um milhão de habitantes, Belém cresce desordenadamente, sem infraestrutura, com grande concentração de pessoas em situação de extrema pobreza. Em 97, uma pesquisa realizada pela Fundação Papa João XXIII apurou a existência de 300 áreas de ocupação informal (invasões).

Segundo dados da Prefeitura, em 99, estimam-se uma taxa de desemprego de 23%. Além disso, estima-se que haja 17 mil crianças trabalhando, sendo que o índice de evasão escolar está em torno de 38%, com 90 mil crianças fora da escola. Por fim, Belém tem 240 famílias, com cerca de 800 crianças e adolescentes, sobrevivendo, em sua maioria, como catadores de lixo, além de 3.500 crianças morando ou trabalhando nas ruas.

Com o objetivo de combater a miséria social e o trabalho infantil, foi concebido, em 97, o Programa Bolsa-Escola. No início, o Programa atingia apenas um bairro populoso, em situação de extrema pobreza, o bairro Terra Firme.

Criança que trabalha no lixo.



ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, realizada em 97, 22% das famílias de Belém residiam em áreas de ocupação (invasões), tendo uma renda *per capita* inferior a R\$ 30,00 por mês. Isto explica o porquê dos altos índices de evasão e reprovação nas escolas e a ocorrência de trabalho infantil. As crianças deixavam os estudos para atender a uma necessidade imediata: auxiliar na renda familiar.

Para combater esta situação de extrema pobreza e viabilizar a permanência das crianças na escola, os adultos das famílias beneficiadas pelo Bolsa-Escola foram também engajados no Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), participando de cursos profissionalizantes.

Programas de geração de emprego e renda destinados aos pais das famílias são de extrema importância para a manutenção das crianças e adolescentes na escola. As famílias que participam do PRONAGER fazem cursos profissionalizantes (de cabeleireiro, arte culinária, eletricitista predial, entre outros).

Pais que participam dos cursos profissionalizantes sentem-se seguros para incentivar os filhos a estudar, pois têm a perspectiva de um emprego e de uma renda regular.

Diversas entidades governamentais e não governamentais promovem atividades destinadas à população atingida pelo programa. A Secretaria Municipal de Saúde é responsável por campanhas de atendimento aos adultos e crianças, através dos projetos Família Saudável, Higiene Bucal, Leite é Saúde e Saúde do Escolar. A Fundação de Merenda e Assistência ao Estudante promove a implantação de hortas escolares. A Fundação de Cultura participa com os Projetos Ônibus-Biblioteca, Moleque-Pandeiro, Escola-Circo, e Contador de Histórias, que realizam atividades de esporte, cultura e lazer.

A Fundação Papa João XXIII, junto a outras entidades da sociedade civil, faz o acompanhamento das famílias do programa. Outros projetos integrados ao programa são coordenados pela Fundação Papa João XXIII, e se voltam à assistência de crianças e adolescentes em situação de rua e aos catadores de lixo. Alguns colégios aderiram ao programa, fornecendo um total de 21 bolsas.

EXPANSÃO DO PROGRAMA

Em 98, houve uma avaliação dos resultados do programa no bairro Terra Firme. Considerando apenas a população deste bairro, cerca de 11 mil famílias, verificou-se que 900 famílias conseguiram engajar-se no PRONAGER, com perspectivas positivas de auto-sustentação, incluindo a formação de cooperativas de trabalho. Outras famílias participavam de cursos de serigrafia, marcenaria, alimentação alternativa, etc.

Neste bairro, o programa já estava bastante adiantado, não sendo mais preciso concentrar todas as bolsas nesta área. Por isso, foi possível expandir o programa para outras áreas. Assim, foi realizado um remanejamento geral das bolsas, que foram deslocadas para famílias em piores condições de vida, como as residentes nas áreas de ocupação.

Crianças em atividades recreativas.



Em julho de 99, o programa atingia um total de 29 áreas, fornecendo 4.500 bolsas. Deste total, 1.000 destinavam-se às crianças e aos adolescentes em situação de rua, incluindo também os catadores de lixo.

RESULTADOS

O maior destaque do programa está em focalizar a importância de garantir a crianças e adolescentes a inclusão no sistema educacional.

Para avaliar os resultados do programa, em agosto de 98 foi feita uma pesquisa com a empresa Opinião Pesquisa.

Considerando os 7550 alunos das escolas públicas estaduais e municipais do bairro Terra Firme, nota-se que no ano de 96, mais de 8% deles deixavam as escolas. Um ano após o início do Bolsa-Escola, os alunos que participavam do projeto no bairro Terra Firme apresentavam índice de evasão escolar de 0,27%.

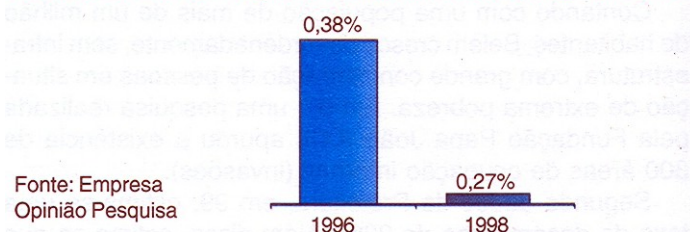
O programa também proporcionou impactos positivos na organização das famílias beneficiadas. Trata-se de modificações que se traduzem em novas formas de pensar e de agir. A pesquisa feita em 98 demonstrou que há mudança de atitude dos pais em relação à educação de seus filhos. Nas entrevistas, os pais afirmaram que compreendiam a necessidade de acompanhar e participar da vida escolar dos filhos. A pesquisa revelou que cerca de 80% das famílias gastavam os recursos oriundos da Bolsa-Escola com as crianças e adolescentes.

Aproximadamente 95% dos pais entrevistados disseram que o desempenho escolar das crianças melhorou e 68% dos entrevistados afirmaram que continuarão mantendo seus filhos na escola, mesmo após o término do auxílio financeiro.

Em 99, o levantamento de dados anual, feito pela Fundação Papa João XXIII e entidades parceiras revelou que 225 crianças e adolescentes foram retiradas do trabalho de catação de lixo. Das 450 crianças atendidas pela Fundação Papa João XXIII e entidades parceiras, 417 deixaram de habitar ou trabalhar nas ruas de Belém.

Embora isoladamente este programa não possa acabar com a miséria do município, ele constitui uma importante iniciativa de combate à pobreza e à exclusão social, contribuindo para a melhoria de vida de um número significativo de famílias, assegurando às crianças e aos adolescentes destas famílias o direito de estudar.

Cerca de 96% de diminuição das taxas de evasão escolar em 2 anos



AGRICULTORES MOSTRAM A PRÁTICA DA TEORIA

Projeto Escola do Campo - Paraná

As Casas Familiares Rurais fazem a aproximação entre o aprendizado escolar e o cotidiano dos agricultores, por meio de um novo modelo de ensino.

O projeto de uma escola diferente para a zona rural está se espalhando pelo país depois de ter causado grandes mudanças em vários municípios do Paraná. No novo sistema, os alunos ficam duas semanas em casa e uma semana na escola. É o que se chama "Pedagogia da Alternância".

O método propõe que durante o período de permanência em casa, isto é, em suas propriedades rurais, os jovens apliquem os conhecimentos adquiridos na escola, denominada Casa Familiar Rural. Como o currículo do curso procura atender as necessidades da região, os alunos podem utilizar o que aprenderam para aumentar a produção de suas propriedades, combaterem pragas, utilizar novas técnicas de cultivo, etc.

Ao mesmo tempo, as observações feitas na prática são levadas para a escola, onde o aluno compartilha sua experiência com os colegas. Para complementar o aprendizado, visita outras propriedades da região, assiste a palestras sobre diversos assuntos e recebe a educação geral, adaptada à realidade agrícola local.

Ao final de três anos, durante os quais passou apenas 10 meses na escola, o aluno recebe o diploma correspondente ao curso de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e o de qualificação em agricultura.

A Casa Familiar Rural também requer um novo modelo de gestão escolar, do qual a comunidade participa intensivamente. A própria implantação da escola depende da aprovação da comunidade local, que deve formar uma Associação de Pais dos Alunos.

A Associação constitui requisito obrigatório, pois ela é que designa os monitores, escolhe o local de funcionamento, ajuda a elaborar o conteúdo do curso e faz o planejamento de suas atividades, com base no calendário agrícola.

O envolvimento da comunidade e das famílias dos alunos já caracterizava as Casas Familiares Rurais da França, onde a experiência surgiu pela primeira vez, em 1935. Os agricultores franceses procuravam um sistema de ensino que se voltasse mais para a realidade do campo. Queriam evitar que os jovens migrassem para as cidades em busca das atividades urbanas que tinham aprendido na escola. Também pretendiam, com o novo sistema, levar o conhecimento tecnológico para as fazendas.

Da França, que hoje tem mais de 500 Casas Familiares (voltadas não só para a agricultura), a experiência se expandiu para outros 22 países.

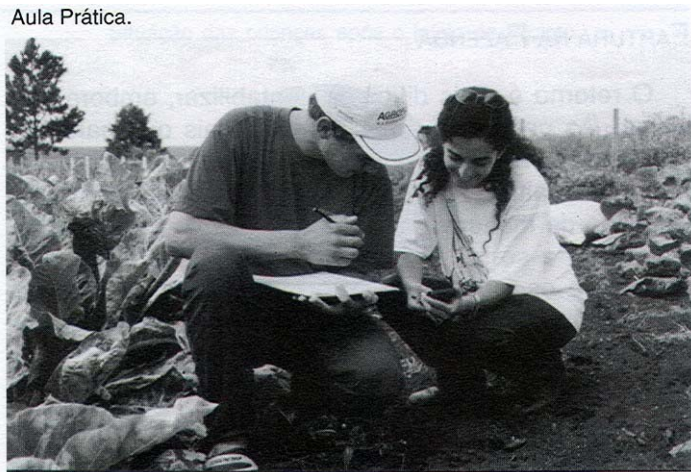
OS ALUNOS TAMBÉM ENSINAM

O primeiro município brasileiro a adotar a idéia foi Barracão, no sudoeste do Paraná. Em 1988, a prefeitura local tomou a iniciativa de reunir os agricultores para discutir o assunto. Eles estavam preocupados com a falta de técnicos agrícolas de nível médio que tivessem formação adequada à realidade da região. Os que saem das Escolas Federais nem sempre estão dispostos e preparados para lidar com a pequena propriedade, que funciona com poucos recursos. A idéia de criar uma escola capaz de formar o profissional com esse perfil logo foi colocada em prática pelos agricultores de Barracão. Em breve, o município vizinho, Santo Antonio do Sudoeste, repetia a experiência. Atualmente, existem Casas Familiares Rurais nos três estados da Região Sul e em alguns do Norte do país.

O sucesso da iniciativa fez com que o governo do Paraná encampasse a idéia e criasse, em 1997, uma política de apoio à implantação das Casas Familiares Rurais. Sob o nome de Escola do Campo, o Paraná conta hoje com 39 dessas Casas, atendendo 2.100 alunos de 14 a 19 anos.

O número de pessoas beneficiadas, porém, é bem maior se considerarmos que os jovens transmitem o conhecimento adquirido para suas famílias e para os vizinhos. O Projeto destina-se principalmente aos municípios em que a agricultura familiar apresenta fraco desempenho econômico, oferecendo poucas perspectivas para os jovens. Nessa condição, muitos acabariam se mudando para as cidades, em busca de melhores alternativas.

Aula Prática.



COMO FUNCIONA A ESCOLA DO CAMPO

O Projeto Escola do Campo tem como meta formar 15 mil jovens por ano. Para isso, há o envolvimento de um conjunto de parceiros, dentro e fora do governo. A iniciativa surge da própria comunidade, que realiza uma série de reuniões para conhecer e discutir a proposta. Aprovada a idéia, definem-se as atribuições de cada instituição envolvida e forma-se uma Associação dos Pais dos Alunos. A Associação se encarregará de administrar a escola a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) mobiliza as comunidades de cada município para sua implantação.

Papel muito importante tem a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar), que coordena a seleção, contratação e treinamento do monitores (engenheiros agrônomos, médicos veterinários ou profissionais de áreas afins). A Arcafar, que funciona como uma associação filantrópica, sem fins lucrativos, também zela pela manutenção do método pedagógico e pelo repasse dos recursos destinados ao pagamento dos profissionais envolvidos no Projeto. Tais recursos são da Secretaria Estadual de Educação. Participam ainda a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a prefeitura.

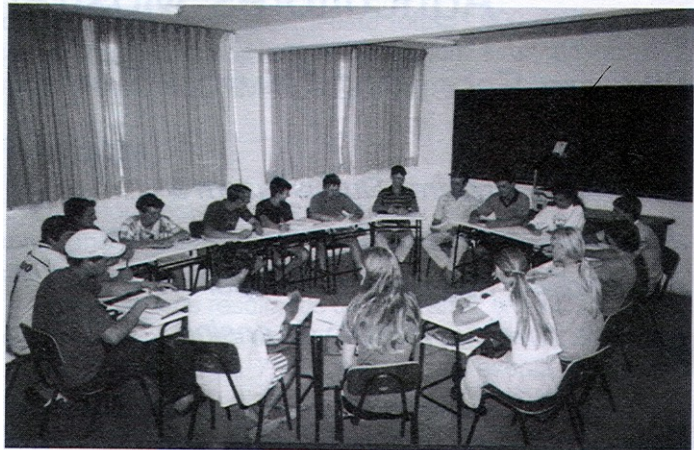
O governo municipal assume a responsabilidade pelo transporte dos alunos para a escola, pelo transporte dos monitores para visitar as propriedades e pela manutenção das instalações. De acordo com a mobilização da Associação dos Pais dos Alunos, muitas escolas também contam com a colaboração de empresas privadas e de ONG.

Dessa forma, prefeituras, empresas privadas e ONG arcam com quase metade do orçamento do Projeto Escola do Campo, que tem um custo anual de aproximadamente R\$ 1 mil por aluno, ou R\$ 2,1 milhões no total.

FARTURA NA FAZENDA

O retorno é mais difícil de contabilizar, embora seja visível. As pequenas propriedades rurais que pareciam condenadas a repetir um ciclo de baixa produtividade, pobreza e falta de perspectivas, renovam-se com a introdução de modernas técnicas de plantio e de criação. Começam a se formar cooperativas de pequenos agricultores e os municípios aproveitam parte da mão-de-obra formada nas Casas Familiares em projetos de desenvolvimento rural.

Figura 2. Sala de Aula.

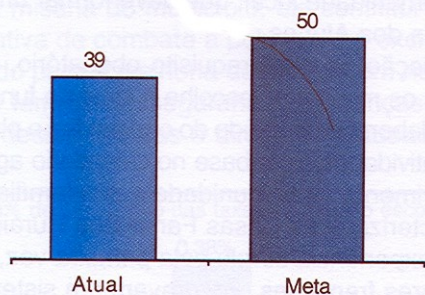


O Projeto Escola do Campo também contribui para difundir experiências pedagógicas inovadoras, mais próximas do cotidiano vivido pela população pobre da zona rural. Os alunos tornam-se capacitados para transformar a realidade em que vivem e passam a valorizar o trabalho no campo, sem que se vejam obrigados a abandonar suas comunidades de origem.

No entanto, o número de alunos das Casas Familiares Rurais ainda representa uma parcela pequena do público que se pode atingir. Para alcançar a meta de formar 15 mil alunos por ano, o governo paranaense planeja conseguir recursos externos e implantar mais 50 Casas.

Estuda-se a possibilidade de fazer novas parcerias com o setor privados e a comunidade, envolver a Secretaria de Agricultura e realizar convênios com a Fundação Araucária, Universidade Estadual de Maringá, sindicatos rurais, etc. Isso mostra que ainda há muito trabalho pela frente, mas o terreno é fértil e a semente já foi lançada.

Com este programa espera-se que o número de Casas Familiares Rurais no Paraná aumente quase 30%.



Fonte: Secretaria de Educação do Paraná.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O DIREITO À ESCOLA

Projeto de Ação Integrada - Teresina – PI

Este projeto caracteriza-se por inserir crianças e adolescentes na escola, combatendo o trabalho infantil e conscientizando os pais quanto à importância do estudo dos filhos.

O Projeto de Ação Integrada (PAI) iniciou-se em 1997, no município de Teresina, nos bairros São Joaquim e Olaria. O projeto tem conseguido tirar crianças e adolescentes do trabalho nas olarias, perigoso e insalubre, devolvendo-lhes o direito de estudar. Além de combater o trabalho infantil, o projeto procura também fortalecer os vínculos familiares entre pais e filhos.

Situados na zona norte de Teresina, os bairros São Joaquim e Olaria estão localizados entre os Rios Poty e Parnaíba, em local de solo rico em argila, matéria-prima utilizada na fabricação de tijolos e objetos de cerâmica.

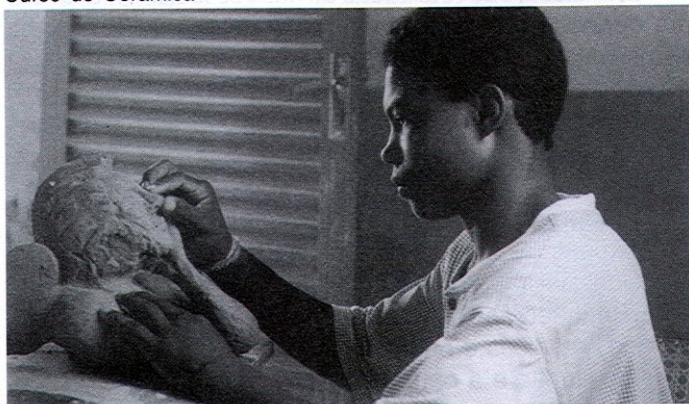
A atividade econômica predominante desta região é a produção de tijolos de cerâmica. Os proprietários das olarias contratam adultos para este trabalho, pagando de acordo com a quantidade produzida. Como a remuneração é muito baixa, os pais colocam os filhos para trabalhar, visando aumentar a produção e a renda familiar. Apesar do envolvimento de toda a família, geralmente sua renda não passa de um salário-mínimo.

O TRABALHO NAS OLARIAS

Além da baixa remuneração, este trabalho requer grande esforço. O processo produtivo se inicia com a extração do barro, que é, em seguida, carregado para uma área plana, onde é moldado. Posteriormente, a argila empilhada em forma de tijolos é queimada e resfriada. O processo se encerra com a retirada dos tijolos do forno e sua disposição em lugar adequado para a comercialização. Este trabalho é mecânico e rotineiro, sendo realizados sob sol intenso, constituindo uma atividade penosa e insalubre. Após a jornada de trabalho, as crianças e adolescentes ficam exaustos, sem condições de estudar.

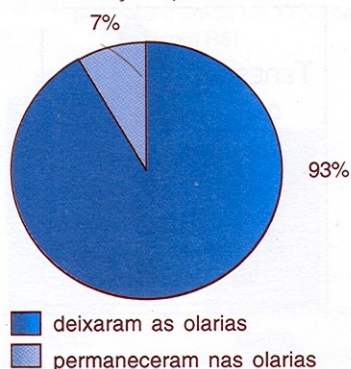
Por falta de alternativas de geração de renda para a população local, o trabalho nas olarias é uma atividade repassada há décadas de geração para geração, constituindo uma tradição cultural. Por isso, forma um ciclo vicioso difícil de ser rompido. É preciso um grande empenho do poder público para modificar esta realidade, através do desenvolvimento de projetos integrados que possibilitem melhoria de vida para as famílias. Só assim, estas permitirão que seus filhos estudem, ficando livres da necessidade de contribuir para a renda doméstica.

Curso de Cerâmica



Em 98, foram identificadas 50 olarias em Teresina, sendo cadastradas 236 crianças e adolescentes trabalhando nestas fábricas. A primeira medida adotada pelo projeto foi a elaboração de estratégias que garantissem o afastamento dos meninos e meninas deste trabalho, promovendo seu retorno à escola. Com esta finalidade, foi concebida a bolsa-escola, que fornece auxílio financeiro para as famílias integrantes do projeto. Em 99, as famílias recebiam uma bolsa mensal no valor de R\$ 60,00, possibilitando a manutenção de seu nível de renda habitual e o afastamento das crianças da fabricação de tijolos, para que pudessem se dedicar em período integral ao estudo.

Situação das crianças após o início do Projeto.



Fonte: Secretaria da Criança e do Adolescente do Município de Teresina

Outra medida tomada para investir na educação, foi a parceria instituída entre o projeto e a Secretaria Municipal de Educação, visando garantir o ingresso, a permanência e o sucesso escolar de todas as crianças e adolescentes. Assim, é feito o monitoramento da frequência e do desempenho dos meninos e meninas na escola. A articulação com a rede de ensino público serve também para assegurar vagas nas escolas.

Além disso, são realizadas atividades lúdico-educativas em período extracurricular, coordenadas pela Secretaria Municipal da Criança e Adolescente. Há jogos educativos e de recreação, oficinas pedagógicas e reforço escolar. Estas atividades são desenvolvidas na sede do Projeto de Ação Integrada e no Parque Ambiental Encontro das Águas.

O programa também está articulado com a Rede de Atendimento Municipal da Criança e do Adolescente de Teresina. Assim, os integrantes deste programa têm acesso à Brinquedoteca, à Casa Criança Cidadã, que presta serviços médicos e odontológicos, às creches municipais e comunitárias e a outros serviços de assistência ao público infanto-juvenil, incluindo os que se encontram em situação de risco.

BUSCANDO ALTERNATIVAS SOCIAIS E ECONOMICAS

O Projeto de Ação Integrada não se restringe à concessão de bolsas, à realização de atividades lúdico-educativas e à prestação de serviços de assistência para crianças e adolescentes. Objetivando a melhoria das condições de geração de emprego e renda para a população que trabalha nas olarias (mesmo par aqueles que não recebem a bolsa-auxílio), há programas de qualificação profissional na área de arte em cerâmica e cursos de formação de operadores de microcomputador e de bombeiros hidráulicos. Os cursos profissionalizantes são fornecidos para adultos e adolescentes acima de 16 anos. Em julho de 99, havia 72 adultos e 60 adolescentes participando destes cursos. A Prefeitura mantém convênio com a Fundação Wall Ferraz, órgão criado para coordenar e executar a política municipal de qualificação profissional. Além disso, a Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência tem orientado a população, visando à formação de grupos, associações e cooperativas que atuem nas áreas de cerâmica e agricultura.

Quanto ao fortalecimento de vínculos familiares, é feito um trabalho com as famílias, através da realização de reuniões e visitas domiciliares. Nestes encontros, discutem-se, dentro outros, os seguintes assuntos: educação dos filhos, capacitação e melhoria da renda e problemas de saúde.

MUDANÇAS NO PADRÃO DE VIDA

Das 236 crianças e adolescentes que trabalhavam nas olarias em 98, 219 conseguiram abandonar o ofício e retornar ao estudo em 99. Isto significa uma redução de 93% de crianças e adolescentes trabalhando nas áreas de implantação do projeto. Apenas 7% ainda permanecem em olarias.

O investimento na educação de crianças e adolescentes atua de duas formas: em primeiro lugar, retira meninos e meninas das olarias e, em segundo, propicia a estes melhores perspectivas de trabalho através de sua inserção na rede escolar. A melhoria da escolaridade é entendida pelo projeto como a possibilidade de exercício futuro de

atividades mais qualificadas, rompendo o ciclo de pobreza vivido pelos pais e a tradição do emprego de filhos na fabricação de tijolos. Por outro lado, procura-se apoiar as famílias, abrindo-lhes perspectivas profissionais, através de capacitação e do estímulo à formação de cooperativas.

O acompanhamento das famílias tem sensibilizado os pais quanto à importância da erradicação do trabalho infantil. Os encontros familiares têm levantado reflexões junto à comunidade quanto às consequências negativas do trabalho infantil, que até então era considerado como solução para o problema da baixa renda familiar. Os pais têm compreendido que o envolvimento das crianças no trabalho das olarias não contribui para uma efetiva melhoria de suas condições de vida, pois elas deixam de estudar e acabam por ficarem prisioneiras daquilo que os pais sempre fizeram: trabalhar com muito esforço e pouca remuneração.

Como um importante resultado do projeto, destaca-se a disseminação do respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes: receber cuidados dos pais, terem acesso à educação, à saúde, ao descanso e à recreação, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Piauí está localizado na Região Nordeste do Brasil.



SAÚDE MENTAL SEM HOSPITAL

Centros de Atenção Psicossocial - Rio de Janeiro – RJ

As antigas e caras instituições psiquiátricas para internação dos pacientes são substituídas por casas, onde os portadores de sofrimento psíquico desenvolvem atividades sem se desligar da família

Dos tempos em que foi capital do País, o Rio de Janeiro herdou muitas instituições federais de atendimento psiquiátrico. Mas a maioria funcionava com base na internação dos pacientes e na grande utilização de medicamentos. Desde 1996, porém, a Secretaria Municipal de Saúde promove a substituição desse tipo de assistência por um novo modelo, apoiado na construção de uma rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O Centro constitui um espaço alternativo, no qual os usuários recebem atendimento de uma equipe multidisciplinar, além de desenvolverem atividades artísticas e profissionais. O CAPS também se caracteriza por dispensar a internação, permitindo que o usuário permaneça junto à família e se reintegre à comunidade.

A mudança começou com a municipalização da saúde, quando o Rio de Janeiro assumiu o atendimento psiquiátrico nas instituições que antes eram de responsabilidade federal. A Secretaria Municipal de Saúde, por sua vez, já discutia desde o início da década de 90 uma nova forma de assistência, procurando desestimular a hospitalização.

Um censo realizado em 1995 comprovou que os hospitais psiquiátricos consumiam muitos recursos (mais de R\$ 19 milhões por ano) e traziam poucos resultados. Representavam a terceira maior despesa hospitalar da cidade, mas, para um terço de seus pacientes, acabavam se tornando moradia permanente. O censo também mostrou que os ambulatorios não eram uma alternativa, pois a maioria dos pacientes que recebia alta dos hospitais não fazia tratamento ambulatorial.

O primeiro CAPS surgiu no bairro de Irajá, graças a uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a de Desenvolvimento Social, que cedeu o prédio, alguns funcionários e informações sobre a inserção social dos usuários. A Secretaria de Saúde também fez parcerias com o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e com os institutos Phellipe Pinel e Franco Basaglia (IFB).

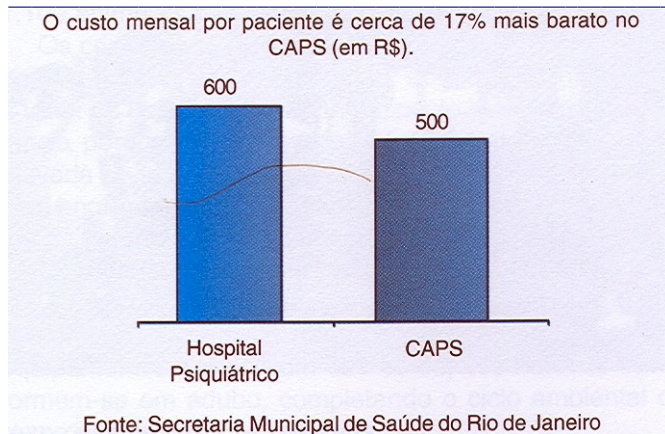
Atividade Artística



O IFB é uma organização não-governamental que há dez anos estuda e apóia a assistência aos doentes psíquicos. A parceria com esse instituto teve papel fundamental para flexibilizar a contratação de profissionais que complementam as equipes técnicas. Como a maioria dos centros se localiza nos subúrbios e na periferia da cidade, a parceria evitou o deslocamento de funcionários municipais e permitiu suprir determinadas funções que não existem no quadro da prefeitura (como artesãos, professores de pintura, etc.).

Atualmente existem seis CAPS, em diferentes regiões administrativas do município. Um deles volta-se para o atendimento infanto-juvenil de autismo e psicose. Está prevista a implantação de mais seis Centros, sendo dois para atendimento infanto-juvenil. Em cada Centro trabalha uma equipe formada por assistente social, enfermeiro, auxiliar

de enfermagem, terapeuta ocupacional, psicólogo, psiquiatra, nutricionista, estagiários da área de saúde, “oficineiros”, cozinheiros, faxineiros e vigias. Cada membro da equipe fica responsável por um grupo de pacientes.



As instalações apresentam acentuado contraste com as dos hospitais psiquiátricos. A maioria dos CAPS funciona em casas, cada uma com suas próprias características. O portador de sofrimento psíquico que procura esses Centros, de segunda a sexta-feira, não só recebe o atendimento clínico como também pode estudar, ouvir música, pintar, cozinhar e realizar outras atividades.

Pode ainda participar, uma vez por semana, de reuniões com os demais usuários e com toda a equipe responsável pelo Centro. Em tais encontros, o grupo faz uma avaliação das atividades oferecidas e do trabalho desenvolvido.

A equipe também se reúne semanalmente para discutir a situação de cada paciente, reuniões quinzenais com os funcionários de apoio (cozinheiros, faxineiros, vigias, etc.) ajudam a superar o desgaste emocional inerente a esse tipo de trabalho. O encontro entre os familiares dos pacientes também acontece uma vez por semana.

PARTICIPAÇÃO E PARCERIA

Todas essas reuniões colaboram para a construção de um ambiente participativo que é uma das principais inovações do CAPS. A participação de funcionários, usuários e familiares, além de contribuir para a continuidade do programa, aumenta ainda mais o contraste entre os Centros e os hospitais psiquiátricos. Ao contrário do que geralmente acontece nos hospitais, o CAPS valoriza mais a interação e a participação do que a hierarquia. Não existem nem uniformes para diferenciar a equipe de trabalho e os usuários.

Atividade Recreativa



Outra inovação importante diz respeito às parcerias, não só entre a Secretaria Municipal de Saúde e as instituições já mencionadas, mas também entre os CAPS e a comunidade. Quando os Centros começaram a funcionar, a

colaboração da comunidade ajudou a superar a falta de recursos. Comerciantes doaram alimentos, a Polícia Militar emprestou o ônibus para passeios e um batalhão do Exército cedeu um campo de futebol.

Tal aproximação ainda hoje é fundamental, até para a reinserção social dos portadores de sofrimento psíquico. Isso fez com que eles pudessem, por exemplo, ter representantes eleitos nos conselhos distritais de saúde. Atualmente, os usuários, familiares e amigos dos três CAPS mais antigos estão se organizando em associações.

DE VOLTA A UMA VIDA DIGNA

No primeiro semestre de 1999, havia mais de 400 pacientes matriculados nos seis CAPS. O número de pessoas atendidas, no entanto, é bem maior, porque os Centros realizam pronto-atendimento mesmo para quem não está matriculado. Além disso, fazem um trabalho de encaminhamento (para Ambulatórios, hospitais, etc.) dos casos que não se enquadram no perfil da clientela.

Assim, os CAPS completam o atendimento aos portadores de sofrimento psíquico, formando uma rede de assistência integral a esses pacientes. Mas a quantidade de internações e o uso de medicamentos tem se reduzido sensivelmente, conforme mostram os levantamentos realizados nos Centros. Como consequência também se reduz os custos do sistema de saúde, já que a internação em hospital psiquiátrico representa um gasto de 20% superior ao do atendimento do CAPS.

As maiores conquistas do novo modelo, no entanto, não podem se traduzir em números. O resgate da dignidade e do respeito ao portador de sofrimento psíquico, sua reintegração à sociedade e a manutenção do convívio familiar constituem os principais resultados da implementação do CAPS.

As conquistas se mostram mais expressivas ao consideramos os obstáculos com que a iniciativa ainda se defronta. É preciso vencer a resistência dos funcionários habituados às antigas formas de tratamento das doenças psíquicas, principalmente nos ambulatórios. A insuficiência dos recursos também dificulta o trabalho.

Mas os avanços obtidos até aqui permitem dizer que os CAPS tornaram-se uma referência na política de saúde mental do Rio de Janeiro. Por isso mesmo, está prevista a expansão da iniciativa, com a construção de novos Centros.

O próximo desafio é o do emprego: pretende-se inserir os portadores de sofrimento psíquico grave no mercado de trabalho. Mais um passo para combater sua exclusão social e devolver-lhes a cidadania.

CIDADE LIMPA, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos - Porto Alegre, RS

Na capital gaúcha, os resíduos orgânicos servem como ração para suínos, gerando renda aos criadores e melhorando as condições ambientais da cidade.

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU) descobriu uma forma de diminuir a quantidade de resíduos orgânicos que vai para o lixo, aproveitando-os como ração para porcos. Ao mesmo tempo em que melhorou as condições sanitárias do rebanho, diminuiu o impacto ambiental causado pela proliferação de lixões. Graças ao projeto, também se conseguiu elevar a renda dos criadores, combatendo sua exclusão social.

O problema dos lixões na capital gaúcha, além dos conhecidos danos ao meio ambiente, trazia outros riscos à saúde humana por meio do consumo de carne de porco. Os criadores coletavam lixo de forma clandestina e indiscriminada para alimentar os suínos. Muitos até transformavam suas propriedades em lixões, onde se misturavam todos os tipos de resíduos. Não havia qualquer preocupação com a qualidade da ração animal e nem com a da carne produzida.

O projeto implantou pelo DMLU, desde 1992, estabeleceu 38 pontos de coleta de resíduos orgânicos, em hospitais, presídios, colégios, indústrias e restaurantes. Nesses pontos, o responsável pela disposição do lixo se encarrega de separar o material orgânico (restos de alimentos). Para que o material possa ser separado, a Associação dos Criadores fornece recipientes plásticos, conhecidos como bombonas, adaptadas com tampas e alças para facilitar a coleta. Os pontos de coleta passam por uma avaliação periódica. Em cada ponto, as pessoas incumbidas de separar o material recebem orientação e treinamento, também periódicos, de funcionários do DMLU. Com isso, pretende-se aumentar a conscientização sobre a importância da separação do material orgânico e sobre o processo de coleta. O DMLU produz ainda um relatório trimestral que informa a quantidade de resíduos coletados em cada estabelecimento e ajuda a orientá-los em relação ao desperdício de alimentos.

Amamentação dos porcos.



O Departamento faz o trabalho de coleta do material duas vezes por dia, pela manhã e à tarde. Cada um dos pontos de coleta é visitado pelo menos três vezes por semana.

APOIO AOS CRIADORES

Os resíduos orgânicos são levados a uma central de distribuição pertencente à Associação dos Criadores. Ali, os criadores de suínos recebem 6 quilos de resíduos por animal. A cota máxima é de 600 quilos, o que significa que cada criador pode alimentar até 100 suínos com a quantidade de resíduos recebida. Após a distribuição, os próprios criadores fazem a limpeza das bombonas e a lavagem da central.

Nem todos, entretanto, podem receber os resíduos orgânicos. Selecionam-se os que atendem determinados requisitos estabelecidos pelo DMLU. Os critérios incluem a condição socioeconômica do criador e a qualidade de suas instalações e de seu rebanho. Atualmente, 16 criadores participam desse sistema. O aumento do número de

participantes depende do aumento da quantidade de resíduos orgânicos. Nos 38 estabelecimentos, ou pontos de coleta, o DMLU recolhe hoje um total de oito toneladas de resíduos, que servem como ração para um rebanho de 1.100 animais.

Os criadores que participam do projeto recebem apoio técnico para lidar com a criação, adequar as instalações e tratar os dejetos. Este último aspecto tem grande importância porque os dejetos de suínos caracterizam-se pela elevada demanda biológica de oxigênio. Por isso, provocam enormes prejuízos ao meio ambiente quando dispostos na natureza sem tratamento adequado.

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana orienta os criadores para que construam esterqueiras ou composteiras, a fim de tratar os dejetos de suínos. Tais equipamentos possibilitam que os dejetos tratados transformem-se em adubo, completando o ciclo ambiental de reaproveitamento dos resíduos.

Além disso, as instalações devem contar com bebedouros e água de limpeza. Todos esses cuidados, juntamente com a orientação fornecida pelo DMLU e a fiscalização exercida pela Associação de Criadores, minimizam a perda do rebanho e os prejuízos dos criadores. Os efeitos positivos ainda fazem sentir na área de saúde pública, já que se consegue garantir a qualidade da carne de porco, produzida em condições muito mais higiênicas.

MELHORIA DE VIDA

O impacto dessa mudança sobre a inserção social dos criadores também não deve ser ignorado. A comunidade passa a valorizá-los. Uma avaliação feita pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) constatou que a maioria dos criadores investiu em suas propriedades (embora a maior parte seja formada por arrendatários), aumentou suas instalações e seus rebanhos e melhorou suas residências. Como deixaram de ter contato com o lixo, eliminaram o problema das contaminações a que estavam sujeitos. A pesquisa também apontou que a maioria obteve elevação de renda e mudou seus padrões de consumo. O ganho foi de tal ordem que atualmente os criadores contribuem mensalmente, de acordo com sua cota de ração, para a compra de alimentos não perecíveis destinados a duas creches situadas em um dos bairros mais pobres de Porto Alegre.

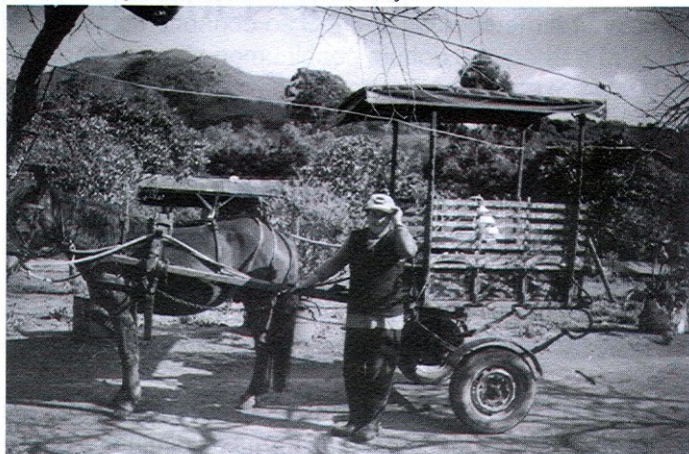
Ainda não há informações sobre o impacto do projeto sobre a quantidade de lixo que vai para os aterros sanitários e lixões.



Descarga dos Resíduos na Central.

Também não é possível dimensionar o que os criadores ganharam em termos de espírito cooperativo, em contraposição ao antigo individualismo. Mas já se podem apontar alguns avanços quanto a esse aspecto, ainda que a Associação dos Criadores só tenha obtido registro legal em 1998. Mesmo sendo tão recente, a Associação conseguiu a aprovação, no Orçamento Participativo, da proposta de compra de um homogeneizador de ração. O equipamento é importante para atender a exigência legal de tratamento térmico dos resíduos, por meio de um processo mais seguro para a saúde dos animais e a dos criadores.

Criadora dirigindo-se à central de distribuição de resíduos.



OS PRÓXIMOS PASSOS

Outro fato notável é que, por meio da Associação, os criadores conscientizaram-se da inserção de sua atividade em um contexto de preservação ambiental. Para isso contribuiu um trabalho de educação ambiental realizados pelos técnicos do DMLU e da Emater com os filiados da Associação. O DMLU agora busca o fortalecimento da Associação, para que a entidade seja menos dependente do Departamento e tenha maior possibilidade de auto-sustentação. A intenção é levar os criadores a procurar novas parcerias, como a que existe atualmente com a Emater para educação ambiental.

As parcerias também poderiam fazer com que o projeto de reaproveitamento de resíduos para a suinocultura tivesse mais recursos. O DMLU cede dois caminhões e alguns funcionários, mas não faz alocação de nenhuma verba específica.

Inserido numa política mais ampla (a de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos de Porto Alegre), o projeto de reaproveitamento dos resíduos orgânicos destaca-se pela multiplicidade de problemas que procura solucionar. Contempla aspectos que vão da proteção ambiental ao cooperativismo, passando pela gestão ecológica dos resíduos e pela questão da saúde pública, além de valorizar a atividade de um segmento da população que antes era socialmente excluído. Uma lista de transformações tão grande quase faz esquecer que tudo começou quando os porcos deixaram de ser alimentados nos "lixões".

PLANEJAMENTO COM PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Desenvolvimento Rural Sustentável em Urupema - Urupema – SC

Pequeno município catarinense torna o setor agropecuário mais competitivo e melhora a qualidade de vida da população.

Com apenas dez anos de existência e 3.500 habitantes, o município de Urupema (SC) apresentava muitos dos problemas que caracterizam os municípios agrícolas em todo Brasil. Tendo uma base de sustentação econômica bastante restrita (apoiada principalmente na pecuária e nas culturas de maçã e batata), Urupema sofria as consequências da falta de organização dos produtores, das deficiências técnicas da produção e do manejo incorreto de agrotóxicos. Somavam-se a tudo isso os déficits nas áreas de educação, saúde, alimentação, saneamento básico e eletrificação rural.

No entanto, Urupema tem conseguido melhorar o padrão de vida de sua população e conter o êxodo rural. Todas as crianças em idade escolar estão matriculadas na escola e, em 99, o índice de mortalidade infantil era de apenas 0,27%. Os serviços médicos e odontológicos, bem como os de energia elétrica e saneamento básico, atendem toda a população, inclusive no meio rural.

Essas conquistas começaram com o planejamento e a participação da comunidade, que resultaram no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS). Dividido em seis áreas, com 19 programas e cerca de 50 projetos, o plano visa impulsionar a economia, propiciar melhorias na área social e na infra-estrutura local.

Assim, além de investimentos para melhorar a competitividade do setor agropecuário e diversificar as fontes de renda do município, os projetos incluem obras de recuperação e construção de estradas, serviços de comunicação, saneamento básico e eletrificação rural. A fim de promover o desenvolvimento integrado de Urupema, o plano abrange tanto o meio rural quanto a zona urbana e propõe ações também para as áreas de educação, saúde, lazer e habitação.

O Plano atual representa a continuação e o aperfeiçoamento de dois planos anteriores. O primeiro deles surgiu em 89, logo após a emancipação do município, prevendo ações para os três anos seguintes. Na época, as propostas visavam apenas ao setor agrícola, embora já houvesse a preocupação em atender as reivindicações da comunidade. O Plano seguinte (93-96) continuou voltado ao meio rural, mas incorporou as áreas de saúde, educação e promoção social.

Cultura da maçã.



O terceiro Plano elabora em 97, diferencia-se dos demais porque procura contemplar todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento do município, não se limitando às atividades agropecuárias e à zona rural. Outra novidade é que, dessa vez, a população participa de forma mais efetiva, organizada em Conselhos Comunitários.

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

O PMDS envolve não só a instância municipal de governo, mas também o governo estadual e membros da comunidade. Os moradores dos seis bairros que formam o município participaram da concepção das ações e da seleção de prioridades.

A formulação do documento coube ao Fórum Municipal de Desenvolvimento Sustentável, do qual fazem parte representantes dos Conselhos Comunitários, da Câmara de Vereadores e das secretarias municipais. Além disso, há representantes de duas cooperativas rurais da região, do Sindicato dos Produtores Rurais, do Lions e de Órgãos estaduais. Após a primeira redação, o documento foi apresentado à comunidade, que opinou sobre o plano, retirando algumas propostas presentes na versão original e acrescentando outras.

Todo o processo durou três meses, até se chegar à versão final, aprovada pela Câmara de Vereadores em dezembro de 97. Desde então, o plano está sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Nas questões relativas à agropecuária, o acompanhamento e a avaliação dos projetos são realizados pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural. Dela participam, entre outros, o prefeito, técnicos dos governos municipal e estadual e representantes dos produtores e dos Conselhos Comunitários.

Para os projetos relacionados ao setor agropecuário, o município dispõe das verbas do Fundo para a Promoção e Desenvolvimento Rural (Funder), criado em 93. O Fundo não só estimula as atividades desse setor como também as de saneamento básico e de meio ambiente. Financia a aquisição, pelos produtores, de insumos agrícolas, bem como a construção ou reforma de instalações. O Funder tem papel importante na viabilização de crédito aos pequenos agricultores, que encontram dificuldade em fornecer as garantias exigidas pelos bancos, ou que necessitam de pequenas quantias, com as quais as instituições financeiras não operam.

Os recursos do Fundo provêm do orçamento municipal, além dos resultados de acordos, contratos, doações e contribuições. Derivam também de aplicações financeiras, da venda de materiais e publicações e da realização de eventos.

Entre os projetos estabelecidos no Plano, destacam-se os que possibilitam a diversificação das atividades econômicas de Urupema e os que estimularam as fontes de renda já existentes. Nas culturas de maçã e batata, por exemplo, a introdução de novas técnicas de cultivo, o acesso facilitado aos insumos e a capacitação técnica dos produtores propiciaram a melhoria das condições de produção. Novas alternativas surgiram com a distribuição de mudas e sementes, e o financiamento ao plantio de feijão, milho, cebola e amora.

SOLUÇÕES ECOLÓGICAS

Quanto à questão ambiental, o município passou a incentivar o plantio de espécies florestais nativas e de outras, de crescimento rápido. O projeto também visa incrementar a oferta de produtos madeireiros e agregar valor à pequena propriedade.

Projeto de uso racional de agrotóxicos.



A história de Urupema registrava a extração desordenada de araucária, acarretando prejuízos ao meio ambiente da região.

Capacitação de Agricultores.



O município também tinha problemas decorrentes do uso de agrotóxicos e da disposição desses produtos em local inadequado. Como as principais fontes de renda são culturas que geralmente utilizam grande quantidade de agrotóxicos, desenvolveram-se ações para racionalizar o uso de tais substâncias químicas e até dispensá-las do processo produtivo. Houve uma grande campanha educativa junto aos agricultores, que resultou na construção de Depósitos Comunitários de Lixo Tóxico. Realizou-se um exame do grau de contaminação dos agricultores, seguido do apoio do tratamento, nos casos necessários. A Funder financiou a distribuição de materiais e equipamentos para proteção individual.

Na área social, os resultados beneficiam toda a população e têm um impacto muito grande entre as famílias rurais. O Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável garante a escolaridade e o atendimento médico e odontológico para os moradores da zona rural, inclusive com transporte escolar para os que necessitam estudar fora de sua comunidade.

Todas essas ações se refletem de forma positiva sobre vários aspectos relacionados à cidadania da população de Urupema. Isso pode ser medido pela preocupação, por parte do poder público, em fornecer habitação e serviços de saneamento básico a famílias que antes habitavam barracos. O plano também viabilizou a sustentabilidade da pequena agricultura, seja para comércio ou subsistência, fixando o homem no campo e contribuindo para aumentar as alternativas de crescimento econômico do município.

NOVAS FORMAS DE GESTÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS

Programa Intermunicipal de Tratamento Participativo de Resíduos Sólidos - Santa Catarina

A união dos municípios e o engajamento comunitário possibilitam o alcance de resultados significativos quanto à preservação do meio ambiente.

Instituído em setembro de 97, em Santa Catarina, o Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense contribui para a superação dos problemas ambientais comuns aos três municípios envolvidos nesta iniciativa. O consórcio Quiriri, como é habitualmente chamado, agrega três municípios: Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul, totalizando uma população de aproximadamente 100 mil habitantes.

A idéia de formação de um consórcio surgiu quando se verificou que a degradação do meio ambiente atingia toda a região do Alto Rio Negro Catarinense. Em outras palavras, a poluição de um dos rios, gerada pelo tratamento e disposição inadequados dos resíduos sólidos, atingia todas as cidades que se localizavam na mesma bacia hidrográfica. Daí a necessidade da ação intermunicipal, com a formação de uma estrutura única para administrar os problemas ambientais dos três municípios: o Consórcio Quiriri.

Este consórcio é constituído por um Conselho de Prefeitos, um Conselho da Sociedade Civil, um Conselho Fiscal, uma Coordenação Executiva e Grupos Municipais de Trabalho.

TROCANDO LIXÕES A CÉU ABERTO POR COLETA SELETIVA

Em 97, integrantes das secretarias municipais apresentaram aos prefeitos dos três municípios a proposta de criação de um consórcio voltado à gestão do tratamento de resíduos sólidos e ao gerenciamento dos problemas ambientais. Buscando envolver a comunidade nestas questões, foi realizado o Curso de Capacitação Metodológica de Planejamento Ambiental Participativo, com a presença de vários membros de organizações da sociedade civil.

A partir deste curso, realizaram-se diversos encontros, em que foi feito o diagnóstico participativo da região, identificando as prioridades de ação institucional, segundo o parecer da população local. Através das comunidades organizadas, cerca de 20% da população dos três municípios integrou estes encontros.

O diagnóstico participativo indicava que os principais problemas ambientais eram referentes à falta de ações preventivas para o combate à poluição gerada pelos resíduos sólidos produzidos. Todo o lixo era disposto em lixões a Céu aberto, sem controle sobre os impactos causados ao meio ambiente.

Além disso, os resíduos infectantes não passavam por nenhuma forma de tratamento. Desta forma, os lençóis freáticos estavam sendo poluídos, colocando em risco a saúde da população.

As comunidades definiram como prioridade de ações a disposição adequada e o tratamento do lixo. Sugeriram a implantação de programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, bem como o recurso da multa para os que despejassem o lixo em terrenos baldios e cursos de água.

Nota-se que os problemas ambientais passaram a ser tratados como temas comuns a todos os municípios do Consórcio. A população também começou a agir de forma a fiscalizar a disposição do lixo.

Separação de resíduos.



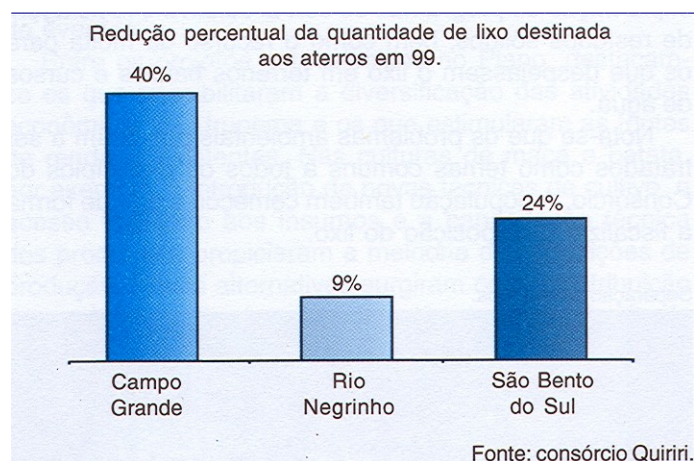
AÇÕES DESENVOLVIDAS

Tendo em vista a prioridade atribuída à questão do lixo, foi criado o Programa de Tratamento Participativo de Resíduos Sólidos. O primeiro passo foi dado com a instalação do sistema de coleta seletiva em Campo Alegre, em maio de 98. O lixo molhado era separado do lixo seco, potencialmente reciclável.

Segundo dados do Consórcio Quiriri, em julho de 99 a coleta seletiva em Campo Grande evitava que cerca de 70% do lixo seco fosse depositado no lixão da cidade, passando a ser reciclado. Assim, quase 40% do total do lixo da cidade passou a ser reciclado, sendo vendido para as empresas de reciclagem do Vale do Itajaí e de Curitiba.

No município de Rio Negrinho, a coleta seletiva foi instalada em setembro de 98. Em julho de 99, 20% do lixo seco da cidade era reciclado, isto é, 9% de todo o lixo era reinserido no processo produtivo. Neste município, está prevista para o final deste ano a inauguração de um aterro sanitário com todas as condições exigidas para a preservação do meio ambiente e da saúde pública.

No terceiro município, São Bento do Sul, em julho de 99, a coleta seletiva era responsável pela reciclagem de 24% do total do lixo produzido na cidade. Como consequência, o mercado de recicláveis está sendo ampliado. Há, em São Bento do Sul, dois grandes sucateiros que comercializam o material reciclável para empresas em Curitiba.



Outro avanço foi a recuperação do lixão de São Bento do Sul, atualmente já transformado em um aterro sanitário, funcionando em conformidade com as exigências da legislação. Além disso, foi feita a instalação do incinerador de lixo tóxico em São Bento do Sul, que serve aos três municípios. As ações para o tratamento de resíduos tóxicos evitam a contaminação dos lençóis freáticos, prevenindo contra riscos referentes à saúde da população dos três municípios.

Os dados apresentados representam um grande avanço no tratamento dos resíduos sólidos. Municípios de pequeno porte relegam em segundo plano o destino do lixo, pois geralmente têm áreas rurais vizinhas, onde podem depositar o lixo sem a percepção da população, ainda que se prejudique o meio ambiente e os recursos naturais. Uma breve comparação com outros municípios do Brasil pode contribuir para uma avaliação do significado desta iniciativa.

Segundo o IBGE (Censo de 91), 90% dos municípios brasileiros não davam tratamento ou destino adequado ao lixo. Embora estes dados se refiram há quase uma década atrás, fornecem uma noção de como as questões do lixo e da poluição até recentemente eram esquecidas pelas administrações municipais.

Além disso, os índices de reciclagem das três cidades estão muito acima de média do Brasil. Segundo o Censo de 91, poucos eram os municípios em que o material reciclável representava mais do que 0,5% de todo o lixo recolhido. Esta experiência contribui para a melhoria da qualidade de vida da população da região do Alto Rio Negro Catarinense de diversas maneiras: em primeiro lugar, por garantir um destino seguro para resíduos hospitalares e infectantes. Devido à instalação de aterros sanitários adaptados de forma a evitar a contaminação do meio ambiente, preservam-se, em segundo lugar, os recursos hídricos da região permeados por inúmeros lençóis freáticos.

A coleta seletiva e a reciclagem do lixo diminuem, finalmente, a quantidade de material depositada em lixões. Neste caso, há também economia de recursos (papéis, plásticos, borracha, etc.), bem como geração de emprego e renda com a formação de usinas de reciclagem.

Escolas, igrejas, associações comerciais e comunitárias e comunidades agrícolas integram a experiência de Tratamento Participativo dos Resíduos Sólidos. Assim, outro aspecto importante do programa é o fato de a experiência inserir a questão ambiental no cotidiano da comunidade, promovendo a consciência da população quanto à importância de se evitar a degradação ambiental, possibilitando uma mudança de comportamento em relação à disposição do lixo, de forma a se garantir o respeito à cidade, à natureza e aos recursos ambientais.

Prensagem e comercialização de resíduos em São Bento do Sul.



Rios Bem Cuidados e Solo Bem Tratado

PROJETO MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS - SANTA CATARINA

Práticas de manejo do solo e da água ajudam o Estado de Santa Catarina a recuperar um ambiente degradado e desenvolver a agricultura de forma sustentável.

As enchentes de 1983 e 1984 entraram para a história de Santa Catarina como as maiores catástrofes naturais já ocorridas na região, mas alertaram o Estado sobre sua situação ambiental, particularmente sobre a erosão dos solos e a poluição dos cursos d'água. Desde então, desenvolveram-se pesquisas a respeito dos solos, da cobertura vegetal e das bacias hidrográficas. Já na segunda metade da década de 80 estabelecia-se uma metodologia inovadora de setorização das ações de planejamento e recuperação ambiental, tomando por base as bacias e microbacias hidrográficas.

Mas foi só em 1991 que se implantou o Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas, ou simplesmente Projeto Microbacias. Com recursos do Banco Mundial e do governo do Estado, num total de US\$ 71,6 milhões, o Projeto estabeleceu metas para os oito anos seguintes, que estão terminando em 1999. Nesse período, efetuou-se o gerenciamento de 534 microbacias (a meta era 520) e mais de 100 mil agricultores receberam assistência para o manejo adequado e sustentável dos recursos naturais.

As microbacias contêm nascentes de córregos, os quais formam, juntamente com os rios em que deságuam, o sistema de drenagem de uma região. Muitas vezes, isso envolve vários municípios. O planejamento ambiental baseado nas microbacias representa uma inovação e tem vantagens em relação ao método convencional, que utilizava como unidades de planejamento uma determinada propriedade ou comunidade. Atuando sobre microbacias, pode-se detectar os danos ambientais já nas cabeceiras dos rios, evitando que eles se tornem mais sérios. Com isso, os benefícios atingem não só a população da área rural, como também as cidades localizadas a jusante.

No caso de Santa Catarina, por exemplo, as ações realizadas na bacia do rio Itajaí-Açú pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura beneficiaram dezenas de municípios, incluindo a cidade de Blumenau, importante centro regional. O Projeto Microbacias permitiu ampliar tais ações para todo o Estado, com um conjunto de iniciativas que atacou várias causas da degradação ambiental e das enchentes.

Entre essas iniciativas, incluem-se pesquisas na área de engenharia agrícola, produção de sementes e atividades florestais. Fez-se também o mapeamento dos solos, que ajudou a planejar a utilização das terras de acordo com sua aptidão natural. Em Santa Catarina, as características do solo determinam que apenas 30% do território poderiam servir para as culturas de ciclo anual, sob risco de se provocar erosão. No entanto, a maior parte das terras é cultivada, porque são férteis.

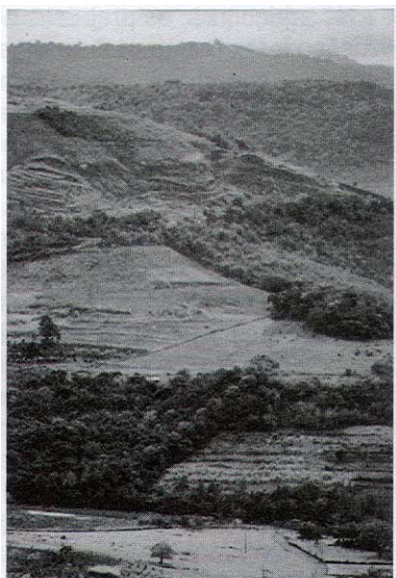
Os agricultores receberam assistência técnica e financiamento para que pudessem planejar o uso de suas propriedades, executar ações de conservação do solo e desenvolver novas técnicas de cultivo, livres de danos ao meio ambiente. Passaram a utilizar curvas de nível, adubação verde, reflorestamento e a construir bioesterqueiras, para o aproveitamento do esterco de suínos (altamente poluente) como um fertilizante natural.

AGRICULTORES PARTICIPAM

Organizados em Comissões de Microbacias, os agricultores participaram da seleção dos trechos de estradas a serem recuperadas, corrigindo os danos causados pela erosão. Algumas estradas sofreram inclusive alterações de traçado a partir deste processo.

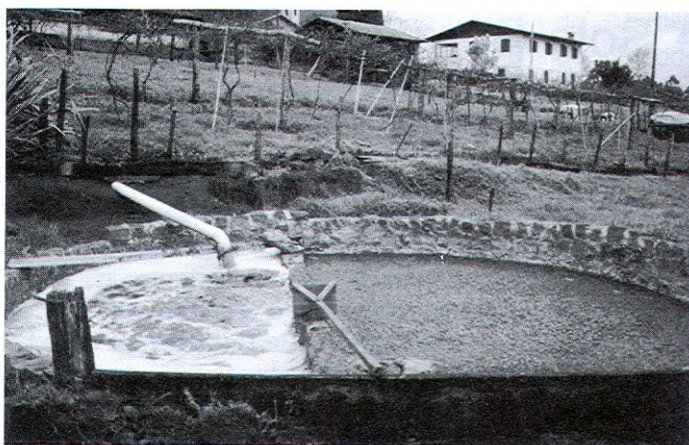
As Comissões também contribuíram para a elaboração do plano simplificado de microbacias e exerceram papel importante na fiscalização dos incentivos financeiros concedidos. Para ter acesso a esses incentivos, como os destinados ao reflorestamento, à compra de máquinas de uso coletivo e sementes de adubação verde, os agricultores tinham de se organizar em grupos de vizinhos, o que ajudou a reforçar o associativismo.

O Projeto Microbacias preocupou-se ainda com a criação de viveiros públicos e particulares, e com a fiscalização e a legislação ambiental. Estas são ações importantes num Estado em que a devastação das reservas florestais atingiu níveis extremos, devido ao modo como se deu a ocupação humana e a exploração econômica dos recursos naturais. Atividades bastante significativas na economia catarinense, como a exploração do carvão mineral, a agricultura e a agroindústria, desenvolveram-se à custa de intensa degradação ambiental.



Microbasias da Região Oeste Catarinense
(entre Concórdia e Chapecó).

A agroindústria baseada na suinocultura, por exemplo, causou enormes danos à natureza devido ao potencial poluente do esterco de suínos, cuja demanda biológica de oxigênio é 100 vezes superior à dos dejetos humanos. Despejado nos rios, o esterco produzido pelo enorme rebanho catarinense de suínos matou grande parte dos peixes e provocou desequilíbrio ecológico. Como os peixes se alimentam de larvas de mosquitos, houve grande proliferação destes insetos.



Bioesterqueira construída com recursos do projeto Microbasias (Lindóia do Sul).

Na agricultura, os prejuízos não foram menores. A utilização de arado, grades e enxadas rotativas eliminou a cobertura superficial e levou à compactação do solo, impedindo a infiltração da água. Além de causar erosão, isso fez com que os rios recebessem grandes quantidades de terra trazida pela chuva. Como se não bastasse, os agrotóxicos, o lixo urbano e os efluentes domésticos e industriais aumentaram ainda mais o comprometimento dos recursos hídricos de Santa Catarina.

Com a implantação do Projeto Microbasias, a qualidade da água e a situação dos solos nas microbasias passou a ser objeto de um monitoramento constante.

Extensionistas rurais e sociais receberam treinamento para repassar aos produtores os conhecimentos sobre recuperação, conservação e uso adequado dos recursos naturais.

Os criadores de suínos aprenderam a construir bioesterqueiras, para armazenar o esterco e utilizá-lo como

fertilizante. Popularizou-se entre os agricultores a prática do plantio direto, que consiste em cultivar uma área sem revolver o solo, aproveitando como adubação verde os resíduos de uma cultura anterior.

Técnicas como a do terraceamento (para evitar o deslizamento de terras), o cultivo mínimo, o quebra-vento, o cordão vegetal e o cordão de pedra também se difundiram entre os produtores rurais catarinenses.

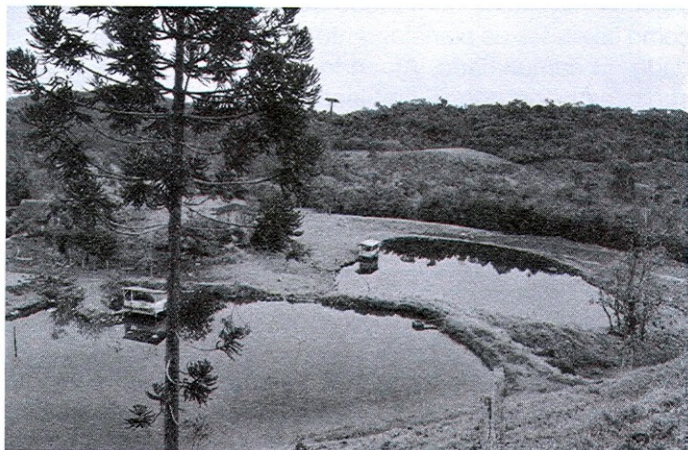
Um trabalho de educação ambiental se desenvolveu no entorno dos parques e reservas estaduais. Exemplo disso aconteceu na região do Parque Estadual Serra do Tabuleiro, na Grande Florianópolis, onde pequenos produtores reunidos em associações iniciaram o cultivo de hortaliças segundo os princípios da agroecologia, que dispensa agrotóxicos e adubos industrializados.

UM BALANÇO POSITIVO

Ao cabo dos oito anos de funcionamento do Projeto, o balanço de todas essas iniciativas é bastante positivo, com a superação das metas estabelecidas. O resultado se deve não só ao montante de recursos empregado, mas principalmente ao empenho das quatro secretarias estaduais envolvidas (Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Transportes e Obras), bem como de seus órgãos vinculados. Entre outros, destacam-se a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Por outro lado, os resultados provavelmente não seriam os mesmos sem a participação da comunidade, por meio das Comissões de Microbacias e das associações de produtores. Os agricultores catarinenses conscientizaram-se da importância de alterar sua relação com o meio ambiente. Essa consciência ecológica, juntamente com a recuperação ambiental e o aumento da produtividade agrícola, destaca-se como uma das maiores conquistas do Projeto Microbacias.

Tanques utilizados para piscicultura. Microbacia Ribeirão das Pedras/Agrolândia.



Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos

Fique Vivo - Cidadania e Prevenção de AIDS Com Jovens na FEBEM - São Paulo, SP

Políticas de caráter sócio-educativo traduzem respeito aos direitos de jovens e adolescentes em situação de risco, atuando em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Programa "Fique Vivo" é uma iniciativa do Centro de Referência e Treinamento para prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), da Secretaria de Estado da Saúde. Destaca-se pelos resultados alcançados em relação à busca de conscientização dos jovens na prevenção das DST/AIDS, como também quanto ao resgate da auto-estima dos internos na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM, unidade do Tatuapé. Estes resultados foram obtidos através do desenvolvimento de atividades culturais ligadas ao cotidiano dos adolescentes.

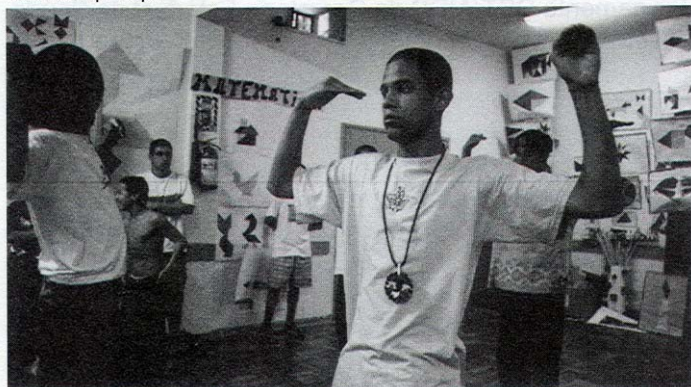
Iniciado em 98, o programa desenvolve atividades que visam descobrir as particularidades do mundo cultural dos jovens entre 12 e 21 anos, internos na FEBEM, que se mostram mais abertos ao trabalho sócio-educativo quando expressam suas preferências e conhecimentos no campo da arte e da cultura.

As atividades caracterizam-se pela integração do trabalho de prevenção de DST/AIDS no contexto dos direitos de cidadania desses jovens, através da construção de princípios éticos que resgatem a auto-estima dos jovens e contribuam para sua reinserção social no momento do retorno à liberdade. Assim, o trabalho está voltado à construção de novas perspectivas de vida para os internos na FEBEM, que incluam o estudo, o trabalho, a moradia e a inserção social.

Para a execução das atividades sócio-educativas do programa, foram criadas cinco modalidades de oficinas de expressão cultural (dança - *break*, grafiteagem, letras de música, locução - DJ's e teatro), sendo que os internos escolheram livremente de qual delas iriam participar.

A aproximação informal entre a equipe do programa e os jovens estabeleceu uma relação de confiança entre os dois grupos. Os jovens logo começaram a se manifestar sobre os seus problemas através da música, do teatro, da dança e da grafiteagem. Muitas letras de música *rap*, escritas pelos integrantes do programa, alertam sobre os males causados pelo consumo de drogas e protestam contra a violência, o desemprego e o racismo.

Oficina Hip-Hop.



A EXPERIÊNCIA E SEU CONTEXTO

A experiência tem como referência os altos índices de portadores de HIV positivo entre os internos na FEBEM, apontados por pesquisa realizada em 96, pelo Núcleo de Pesquisadores sobre AIDS da Faculdade de Saúde Pública da USP - NUPAIDS. Esta pesquisa foi feita com 1.112 garotos e 87 garotas entre 12 e 21 anos, todos internos na unidade Tatuapé.

Os resultados apontaram que 2,6% dos garotos e 10,3% das garotas eram portadores do HIV positivo. Esses dados ainda revelaram que a média de portadores do vírus da AIDS entre os internos da instituição estava muito acima do padrão médio da sociedade, 0,5% da população, segundos os dados do Programa Estadual de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Por causa destes resultados, a diretoria da FEBEM contatou o Centro de Referência e Treinamento para prevenção das DST/AIDS da Secretaria do Estado de Saúde.

O primeiro passo foi dado no início de 97, com a criação de um grupo que realizou discussões sobre os resultados da pesquisa e elaborou estratégias de ação para enfrentar o problema. Este grupo foi formado por representantes dos programas de prevenção das DST/AIDS do Estado e do Município de São Paulo, por membros do Núcleo de Pesquisadores sobre AIDS da Faculdade de Saúde Pública da USP - NUPAIDS e por membros do Núcleo de Estudos para a prevenção da AIDS do Instituto de Psicologia da USP - NEPAIDS. Membros do Núcleo de Consciência Negra, do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular - CEDHEP e pesquisadores da PUC-SP também integraram o grupo, assim como representantes da própria FEBEM.

Após a realização de vários debates, a equipe concluiu que os altos índices de HIV positivo estavam associados às péssimas perspectivas de vida destes jovens. Por isso, era necessário integrar o trabalho de prevenção de DST/AIDS no contexto dos direitos de cidadania desses jovens. Assim, foi concebido o Programa "Fique Vivo: Prevenção de AIDS e Cidadania com jovens na FEBEM".

O programa é coordenado pelo Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS da Secretaria Estadual da Saúde, envolvendo as parcerias mencionadas.

A FEBEM, apesar de ter tido um papel importante no processo de concepção desta experiência, vem tendo uma atuação tímida. Limita-se a ceder o espaço físico para o desenvolvimento das atividades culturais e a autorizar os monitores internos a freqüentarem um curso de formação, em que são discutidas questões ligadas à prevenção de DST/AIDS e aos direitos da cidadania. Este curso, que tem o objetivo de provocar mudanças de postura nas relações dos monitores da FEBEM com os internos, vem sendo ministrado pelo Centro de Referência de DST/AIDS da Prefeitura de São Paulo e pelo CEDHEP.

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

No primeiro ano do programa foi realizado um festival interno com músicas compostas pelos próprios jovens.

As músicas classificadas neste festival foram gravadas em um CD, financiado pelo Centro de Referência e Treinamento - DST/AIDS da Secretaria Estadual da Saúde, que será divulgado para utilização em programas de caráter sócio-educativo. Uma conquista importante para as atividades do projeto deverá ocorrer com a instalação de uma rádio comunitária, a ser dirigida pelos internos. Já autorizada pela FEBEM, os recursos para a instalação da emissora de rádio virão do Programa Estadual de Tratamento de DST/AIDS e de doações.

A inauguração desta rádio está prevista para dezembro de 99, no Dia Internacional da Luta Contra a AIDS.



Gravação das músicas compostas pelos jovens.

Neste primeiro ano da experiência, cerca de 300 jovens participaram das oficinas culturais realizadas aos sábados. Considerando que a unidade Tatuapé tem cerca de 1500 adolescentes, 20% do público - alvo integrou o programa.

A tímida atuação da FEBEM e o ambiente interno repressivo representam um grande obstáculo para o desenvolvimento do programa e para a extensão da experiência para outras unidades. O Projeto "Fique Vivo" da Secretaria da Saúde entra em choque com os procedimentos adotados nas unidades da FEBEM - SP, de caráter predominantemente repressivo.

As perspectivas seriam melhores caso a FEBEM adotasse esta iniciativa como uma política institucional, o que poderia estimular a replicabilidade da experiência em outras unidades da capital e do interior do Estado de São Paulo. Além da falta de apoio institucional, a FEBEM não repassa qualquer tipo de recurso financeiro ao programa. O projeto "Fique Vivo" utiliza os recursos resultantes de acordos entre o Programa Estadual de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Saúde e o Ministério da Saúde.

MUDANÇAS QUALITATIVAS

Os resultados qualitativos foram apurados através de entrevistas e relatos fornecidos pelos internos que integram o programa. Em entrevistas para o Programa Gestão Pública e Cidadania, em julho de 99, eles afirmaram ter uma expectativa de vida melhor, visando oportunidades de inserção social após retornarem à condição de liberdade civil.

Os impactos positivos do programa não se restringem aos adolescentes. A experiência tem contribuído para que um novo tipo de relação entre internos e monitores se estabeleça na FEBEM. O trabalho realizado pelo programa com os monitores da FEBEM indica a possibilidade de uma nova forma de relacionamento entre monitores e internos.

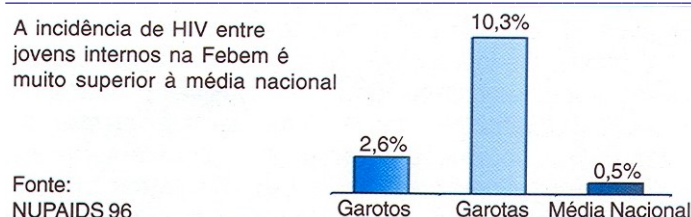
Esta nova forma de relacionamento disputa, gradualmente, espaço com o padrão dominante, marcado pela repressão e pela hostilidade.

A elaboração de um curso sobre direitos e prevenção das DST/AIDS dirigido aos monitores da instituição provocou modificações nas relações de alguns desses profissionais com os internos.

Monitores que mudaram sua postura afirmaram, em entrevistas dadas em julho de 99, que têm trabalhado mais à vontade no contato com os jovens e que esse curso trouxe uma visão de mundo e informações que até então não haviam recebido.

A experiência do "Fique Vivo" conseguiu demonstrar a ocorrência de mudanças positivas quando o adolescente se sente respeitado em suas particularidades e origem cultural. O fato de o programa trabalhar com o mundo cultural dos jovens, buscando compreender seus códigos de conduta e linguagem, facilitou a disposição destes em discutir temas até então rejeitados por eles.

A incidência de HIV entre jovens internos na Febem é muito superior à média nacional



Adequando o Setor Público para a construção da cidadania

Programa de Modernização Administrativa - Santo André, SP

Divulgar informações diversas, oferecer serviços de qualidade e estimular a transparência nas ações do governo, dessa forma está se construindo a cidadania no ABC paulista.

Com as mudanças promovidas pelo Programa de Modernização Administrativa, os cidadãos de Santo André passaram a ter acesso a mais de 180 serviços e a diversas informações, anteriormente não disponíveis.

As ações deste programa foram operacionalizadas por intermédio da Rede Fácil.

A Rede Fácil é composta pela Praça de Atendimento no Paço municipal, pelo *site* da prefeitura na Internet, pelo Sistema Integrado Municipal - SIM e pelo Fone Fácil.

PRAÇA DE ATENDIMENTO

A Praça de Atendimento é um espaço, localizado na Prefeitura, que foi totalmente reformado e modernizado, de forma a se tornar um local adequado para o atendimento ao munícipe.

Os sistemas de informações da Prefeitura foram informatizados e funcionários do município foram treinados e capacitados, para o atendimento ao público.

Assim, todas as informações relativas ao morador de Santo André, estão disponíveis para consulta em tempo real.

Com essas medidas, os cidadãos de Santo André têm à sua disposição cerca de 180 serviços, podendo requisitar, por exemplo, de forma simples e rápida, serviços de conservação e manutenção da cidade, alvarás de uso de solo, certidões diversas e segunda via de tributos.

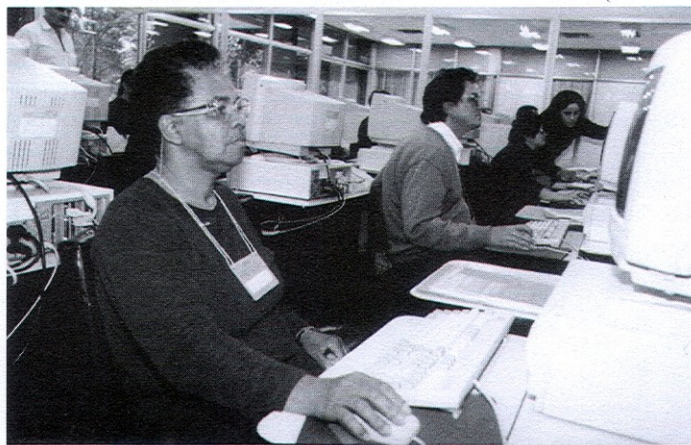
Além disso, caso seja necessário, o cidadão recebe na mesma hora, as guias de recolhimento necessárias para a efetuação de pagamentos diversos.

SITE DA PREFEITURA

Os mesmos dados que foram informatizados, para a prestação de serviços na Praça de Atendimento do Paço Municipal são disponibilizados, pela Internet, no *site* da Prefeitura de Santo André.

Pela rede mundial de computadores também é possível requisitar uma série de serviços como, por exemplo, a emissão de certidões diversas e o cancelamento, a revisão e a isenção de tributos.

Funcionários treinados em informática.



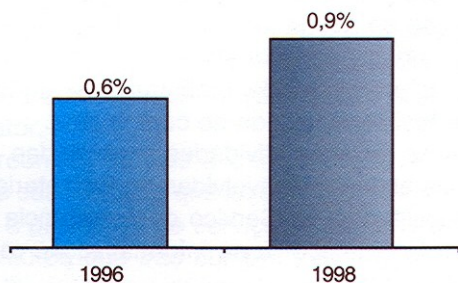
Na Internet também são disponibilizadas informações de utilidade pública, como a publicação de editais de licitação e de concursos públicos.

Aqueles que pretendem ser fornecedores da Prefeitura, também podem se cadastrar pela rede.

Os moradores de Santo André podem também, por intermédio do *síte* da Prefeitura, ter acesso à agenda de eventos culturais, esportivos e educacionais da cidade, além de acessar informações históricas, saber a variação semanal dos preços da cesta básica no ABC e localizar os postos de coleta seletiva do lixo.

O acompanhamento das atividades da Câmara Municipal e a evolução da legislação municipal desde 1990 também estão disponíveis para consultas na Internet.

Apesar dos bons resultados, o gasto orçamentário percentual é irrisório.



Fonte: Prefeitura de Santo André.

A maioria dos cidadãos de Santo André ainda não está conectada à Internet, mas os escritórios de contabilidade e de arquitetura da cidade estão utilizando os serviços da rede, o que, além de agilizar o trabalho, que pode ser feito diretamente de cada escritório, acaba desafogando a Praça de Atendimento, que dessa forma pode ser melhor utilizada pelo usuário pessoa física.

SISTEMA INTEGRADO MUNICIPAL - SIM

O SIM - Sistema Integrado Municipal - já implantou, em bairros de Santo André, duas unidades descentralizadas de atendimento.

Nessas unidades, o morador da cidade tem acesso aos mesmos serviços e informações disponíveis na Praça de Atendimento, em seus próprios bairros.

Já está em fase de licitação, a implantação de uma terceira unidade do SIM.

FONE FÁCIL

Este serviço, recentemente implantado, disponibilizou, por telefone, todos os serviços oferecidos pela Prefeitura Municipal de Santo André.

Os documentos solicitados por esta via são enviados pelos Correios, para os endereços cadastrados na Prefeitura, agilizando os serviços oferecidos e facilitando a vida do cidadão.

OUTROS RESULTADOS DO PROGRAMA

Além da operacionalização das atividades acima descritas, o Programa de Modernização de Santo André reformou administrativamente diversos órgãos da administração pública municipal.

A estratégia adotada neste sentido foi traçada a partir de uma série de diretrizes adotadas pela Prefeitura de Santo André, dentre as quais podemos destacar:

- a) abordagem voltada para o usuário;
- b) descentralização e desconcentração de atribuições;
- c) horizontalização das estruturas;
- d) controle e melhoria dos processos;
- e) participação ativa dos servidores;
- f) capacitação do funcionalismo público municipal e g) adoção de novas tecnologias de informação. Assim, alguns serviços da Prefeitura obtiveram ganhos reais de produtividade, melhorando o atendimento ao cidadão e facilitando a vida do contribuinte.

Dentre as diversas atividades implantadas, cabe aqui destacar as ações desenvolvidas na Secretaria de Serviços

Metropolitanos, no Serviço de Assistência Jurídica e Defesa do Consumidor e na informatização realizada no Hospital Municipal.

A QUESTÃO DO FUNCIONALISMO

Para o atendimento das diretrizes anteriormente citadas foram estabelecidas as quatro linhas de ação.

A melhoria da qualidade dos trabalhos foi atingida pela revisão dos processos, o que levou ao estabelecimento de novos procedimentos administrativos.

A utilização de novas tecnologias da informação foi promovida pela informatização de diversos setores, o que facilitou o atendimento direto ao público.

A intervenção no meio ambiente promoveu uma melhoria nas instalações físicas da Prefeitura, reorganizando os espaços e recuperando locais anteriormente degradados.

A quarta linha de ação trabalha um elemento-chave em todo este processo, o funcionalismo público.

Neste caso, a Prefeitura de Santo André trabalhou três pontos específicos: a) a criação de um ambiente ético, de respeito mútuo e confiança, que melhorasse as relações internas; b) o estímulo à participação dos funcionários, e; c) o estabelecimento de critérios de reconhecimento e valorização das ações e inovações do funcionalismo.

Os funcionários também participaram de uma oficina voltada para o estímulo à criatividade. Os trabalhos artísticos produzidos nesta oficina foram utilizados para a confecção de cartões de natal e outdoors da Prefeitura no final do ano passado.

Também foram realizados investimentos em capacitação. Foi criada a Escola de Formação em Administração Pública Paulo Freire, que já capacitou cerca de 800 servidores de nível médio.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial, por sua vez, atendeu a cerca de 300 funcionários, com cargos de chefia. Além disso, foi criado o Espaço de Convivência do Servidor - ECOS, onde os funcionários desenvolvem atividades recreativas e culturais.

Através do Programa de Modernização Administrativa procura-se assim, a um só tempo, valorizar o servidor público e o cidadão, propiciando, aos primeiros, capacitação e condições do exercício de sua criatividade e, aos segundos, acesso mais ágil aos serviços públicos e informações "on-line" sobre serviços e ações da administração pública.



Um dia diferente de trabalho.

Recuperação de Adolescentes Infratores

Projeto Alerta - Presidente Prudente, SP

Respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente e promover a reintegração social de adolescentes infratores: um exemplo de construção da cidadania.

Em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, são atendidos anualmente cerca de 120 adolescentes infratores. São crianças e adolescentes que, em sua maioria, possuem escolaridade incompleta entre a 5ª e a 8ª série do primeiro grau e vêm de famílias cuja renda se encontra entre 3 e 6 salários-mínimos.

Esse atendimento, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituiu a liberdade assistida como responsabilidade do município.

Com isso, os adolescentes atendidos permanecem em seu local de origem, mantendo vínculos com sua própria comunidade. Esta proximidade de seu local de origem configura-se como um importante fator psicológico no processo de preservação da identidade do adolescente infrator, contribuindo para sua reintegração social.

Os adolescentes infratores possuem em média:

- a) escolaridade incompleta entre a 5ª e a 8ª Série do Primeiro Grau
- b) renda familiar de 3 a 6 salários mínimos.

(Fonte: Relatório de Visita de Campo - Programa Gestão Pública e Cidadania -1999).

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - foi aprovado em 1990, como resultado de uma ampla mobilização social no Brasil, afinada com um movimento de âmbito mundial em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes. O ECA consagrou no Brasil uma concepção de políticas públicas relativas a crianças e adolescentes baseada na noção de direitos. Segundo o estatuto, a formulação e a implementação de políticas, por sua vez, deve se dar com a participação de entidades da sociedade civil, cabendo ao município um papel central na promoção destas políticas. A efetivação destes princípios tem enfrentado dificuldades, por razões culturais e institucionais, visto que não havia no Brasil uma tradição de participação da sociedade civil organizada na gestão de políticas sociais, principalmente no âmbito municipal de governo.

Programa de Educação para o Trabalho.



O Projeto Alerta implanta todas as suas ações em sintonia com o ECA, buscando estimular a participação da sociedade civil e organizar um arranjo institucional que possibilite esta participação.

Tal orientação fica clara, por exemplo, na atuação integrada da Secretaria de Assistência Social, do Ministério Público e dos Conselhos Municipais.

REINTEGRANDO O ADOLESCENTE INFRATOR

O modelo vigente em Presidente Prudente busca, de fato, a reintegração do adolescente infrator à sociedade, seguindo uma orientação substantiva do ECA.

Para isso, duas questões trabalhadas são primordiais: a prestação de serviços e a liberdade assistida.

A prestação de serviços à comunidade é um dos alicerces deste projeto. O processo se inicia a partir do momento em que o adolescente é encaminhado para o Juizado da Infância e da Adolescência. Imediatamente é marcada uma reunião com os pais ou responsáveis pelo adolescente infrator.

Nesta reunião, os pais e o infrator são apresentados às medidas educacionais que fazem parte do Projeto Alerta, entre elas a prestação de serviços à comunidade.

Os infratores que irão cumprir pena de prestação de serviços são ouvidos em relação a suas preferências e habilidades profissionais.

Reunião do Grupo de Apoio.



A jornada de "trabalho" é de oito horas semanais, geralmente executadas em dois períodos de quatro horas, em instituições cadastradas, que fazem o acompanhamento e o controle de presença dos adolescentes.

O outro alicerce de funcionamento do Projeto Alerta é a liberdade assistida. Trata-se de um encontro semanal obrigatório, com assistentes sociais da Prefeitura, que fazem o acompanhamento do adolescente infrator, em relação a suas atividades sociais mais amplas, como o convívio familiar, o relacionamento na escola e as atividades sócio-educativas desenvolvidas.

Este encontro pode ser realizado também por intermédio de visitas quinzenais, por parte de técnicos da Prefeitura, às casas dos adolescentes.

As mães também participam ativamente deste processo, contribuindo para reinserção social de seus filhos. Assim, são realizados encontros semanais, que ofertam atendimento multidisciplinar, no sentido de dar apoio e orientação à família do adolescente infrator.

OUTRAS ATIVIDADES

Os adolescentes também são estimulados a aderir a outras atividades da Prefeitura, além do Projeto Alerta.

O Programa de Educação para o Trabalho- PET, por exemplo, é desenvolvido pelo SENAC junto à Secretaria de Assistência Social e atende a adolescentes de outros programas além daqueles ligados aos Projeto Alerta.

O intuito é prover aos jovens de baixa renda do treinamento e da capacitação necessários para seu futuro desenvolvimento no mundo do trabalho.

As atividades se dividem em três blocos: o primeiro garante uma formação básica para os adolescentes, o segundo trabalha a formação específica para o mundo do trabalho e o terceiro consiste na realização de um estágio em empresas da cidade.

O Projeto Alerta também oferece aulas de informática, de idiomas, de cultura e de diversos esportes. Os recursos para esta parte do projeto vêm de programas de isenção fiscal cuja receita é obrigatoriamente aplicada em fins sociais.

Paralelamente a todas estas atividades, as famílias mais carentes ainda recebem benefícios materiais, referentes a

cestas básicas e vale-transporte para que os adolescentes possam participar de todas as demais atividades. A reintegração do adolescente infrator ao ambiente escolar merece destaque, sendo uma etapa importante do processo de sua reintegração à sociedade. Apesar da resistência de algumas escolas da cidade em aceitar os adolescentes infratores, estes já estão sendo encaminhados para unidades de ensino, que também fazem o acompanhamento e a orientação deste aluno de forma diferenciada.

RECONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA

Um dos problemas mais trabalhados neste projeto é a reconstrução da auto-estima dos adolescentes infratores. Um dos instrumentos utilizados para a elevação da auto-estima é a promoção da inclusão social. Com isso, estimula-se a participação dos infratores nos cursos e atividades anteriormente citadas. A aceitação dos infratores pelos demais adolescentes que fazem os cursos de idioma, por exemplo, promove um reforço na auto-estima da criança, que passa a se ver realmente como parte integrante da sociedade. As mães também possuem um papel-chave neste processo, fornecendo o apoio psicológico e o carinho necessários para a recuperação de sua dignidade e para a superação do sentimento de fracasso que acompanha os adolescentes na condição de infratores.

UM NOVO MODELO DE INTERVENÇÃO

O grande mérito deste programa é contribuir para a constituição de um novo modelo de intervenção em relação ao problema do adolescente infrator. Isto só foi possível a partir do momento em que houve maior integração com a comunidade, que de certa forma, chamou para si a responsabilidade de reintegração do adolescente infrator. Com isso abandonou-se o modelo anterior, ainda vigente na maioria do país, de cunho repressor, que não conseguia recuperar o adolescente para o convívio social. O Estatuto da Criança e do Adolescente é obedecido em Presidente Prudente através deste projeto. Este fato por si só merece destaque, uma vez que, no Brasil, em alguns setores, nem o cumprimento do mínimo previsto em lei é assegurado aos cidadãos. O Projeto Alerta, ao inspirar-se no ECA, contribui para que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados.

Geração de Emprego e Renda

FUNDO MUNICIPAL DE AVAL - POÇO VERDE, SE

Facilitando o acesso do pequeno produtor ao crédito, o aval solidário contribui para combater a pobreza e diminuir o êxodo rural no semi-árido nordestino

A geração de emprego e renda para pequenos produtores rurais do sertão nordestino e o aumento da produção agrícola são alguns dos resultados obtidos pelo Fundo Municipal de Aval de Poço Verde (SE). Localizado na região conhecida como "polígono das secas", o município também conseguiu diminuir o êxodo rural e elevar a arrecadação do ICMS.

Quando o Fundo começou a funcionar, em 1997, a agência local do Banco do Brasil estava prestes a fechar devido à falta de movimentação financeira. No ano anterior, a agência havia firmado apenas 29 contratos de financiamento. Em 99, o número de contratos chegou a 1.366, só nos três primeiros meses do ano.

Todo esse efeito multiplicador surgiu de uma idéia que busca facilitar o acesso dos pequenos produtores rurais ao crédito. Em Poço Verde, pequenas propriedades formam a maioria dos estabelecimentos rurais. Além disso, a maior parte das propriedades não está registrada em cartório. Como os bancos exigem garantias reais para a concessão de empréstimos, os produtores mais pobres encontravam sérias dificuldades para financiar a lavoura.

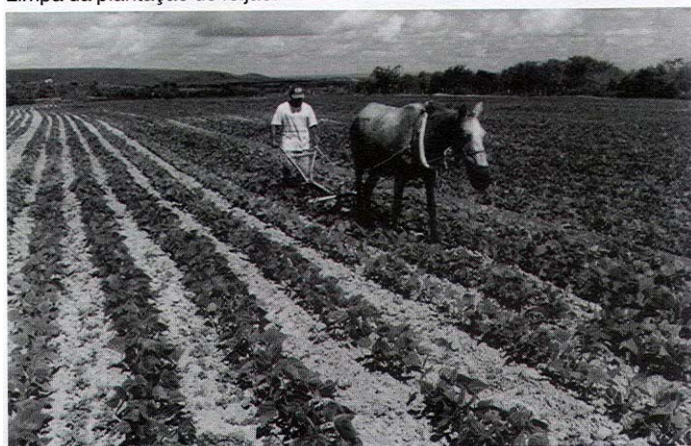
Mesmo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal linha de crédito do governo federal para o financiamento do pequeno agricultor, exige a apresentação de bens que sirvam como garantia dos empréstimos.

Para superar tal dificuldade, a prefeitura de Poço Verde instituiu o Fundo Municipal de Aval, que fornece as garantias necessárias para a concessão de empréstimos aos pequenos produtores. Criado por lei, o Fundo utiliza recursos do orçamento da prefeitura e está vinculado ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. A lei determina que o Fundo Municipal de Aval disponha de pelo menos 50% do total de financiamentos concedidos.

CRÉDITO GARANTIDO

Para obter o empréstimo bancário e receber aval do Fundo, o produtor rural deve fazer parte de um grupo de até 10 pessoas e solicitar aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Depois, basta preencher um cadastro simplificado no Banco do Brasil, que verifica se o nome do candidato consta do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e outros órgãos. A rapidez do processo evita atrasos no plantio.

Limpa da plantação de feijão.



Ao receber o empréstimo, cada produtor deposita 25% do valor em uma conta poupança individual. O Fundo deposita mais 25% numa conta vinculada à operação, totalizando 50% de garantia para o empréstimo. Caso alguém deixe de saldar sua dívida, além de se utilizar o valor que a pessoa depositou como garantia, pode-se dividir o saldo devedor entre os outros nove integrantes do grupo, que são os avalistas solidários. Dessa forma, as relações pessoais entre

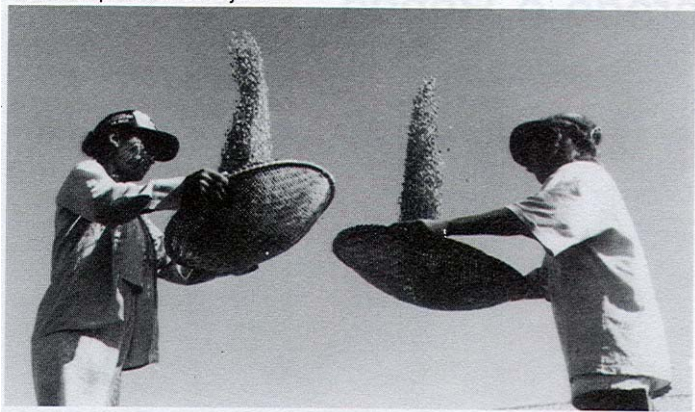
os solicitantes de empréstimo ajudam a reduzir não só os gastos do Fundo Municipal com a inadimplência, como também a própria inadimplência.

Em julho de 99, os limites de crédito estavam fixados em R\$ 879,30 para quem solicitava o empréstimo pela primeira vez e em R\$ 1.465,50 para os demais candidatos. As regras do financiamento também estabeleciam a área máxima de plantio: 3 hectares por pessoa no primeiro caso e 5,5 hectares por pessoa no segundo.

Os recursos são liberados em três parcelas. A primeira, representando metade do empréstimo, o produtor recebe já no momento de concessão do crédito. A liberação da segunda parcela, no valor de 30% do empréstimo, ocorre após a germinação e depende da apresentação de um laudo técnico pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). O restante do dinheiro sai após a colheita.

O produtor tem até 90 dias depois da colheita para quitar o empréstimo e quem solicita o crédito pela primeira vez pode pagar em duas parcelas.

Mulheres peneirando feijão.



O FUNDO DE AVAL E O PRONAF

Além de possibilitar a obtenção de financiamentos para pessoas que dificilmente teriam acesso ao crédito bancário, o Fundo de Aval viabilizou atividades de apoio à agropecuária e de fortalecimento da economia local. Tais atividades fazem parte do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Incluem desde a perfuração de poços artesianos até o desenvolvimento agroindustrial.

Ao mesmo tempo, o Fundo de Aval permitiu que o Pronaf se tornasse mais efetivo no município. Isso acontece porque o Fundo está diretamente relacionado com a linha de financiamento da agricultura familiar oferecida pelo Programa. No entanto, sem o aval solidário, o dinheiro do Pronaf dificilmente chegaria aos agricultores de Poço Verde. Os programas do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural também estão ligados às ações apoiadas pelo Pronaf, ampliando as possibilidades de captação dos recursos federais.

Lançado pelo Ministério da Agricultura em 1996, o Pronaf recebeu, depois, um aperfeiçoamento, com a criação do Pronaf especial. Essa nova modalidade de financiamento permitiu melhorar ainda mais as condições de empréstimo aos produtores de Poço Verde. Ao quitar sua dívida em parcela única, o produtor passou a receber um desconto fixo de R\$ 200,00.

DA PALMA AO FEIJÃO

A safra de feijão, principal produto agrícola de Poço Verde, serve como indicador dos resultados alcançados. Em 1998, além de comercializarem o produto, as famílias puderam formar um estoque mínimo para garantir a própria subsistência na entressafra e em períodos de estiagem. Trata-se de uma precaução importante numa região habituada a sofrer os efeitos da seca. Antes, as famílias tinham de enfrentar a falta de chuvas (e de comida) alimentando-se de palma, uma planta típica do sem i-árido nordestino, semelhante ao cacto.

A arrecadação de ICMS e o nível de empregos também refletem o impacto do Fundo de Aval sobre a economia do município. A arrecadação do imposto saltou de R\$ 400 mil em 97 para R\$ 520 mil no ano seguinte. Segundo a prefeitura, houve a geração de aproximadamente 1.000 empregos diretos.

Apesar de todo esse crescimento, Poço Verde ainda enfrenta as adversidades climáticas. O Fundo de Aval gera renda e emprego, impulsiona o desenvolvimento do município e democratiza o crédito, mas evidentemente não pode vencer a seca.

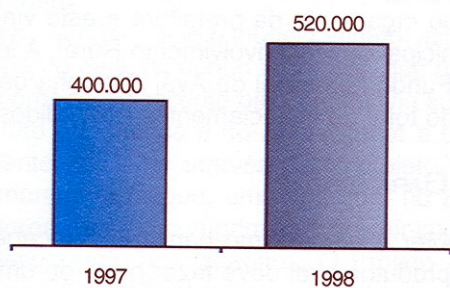
Ao lado desse obstáculo natural, há o problema de se organizar o homem do campo, em seu próprio benefício. Formar associações e desenvolver o espírito cooperativo, principalmente no meio rural, requer a quebra de antigos laços de paternalismo e clientelismo. Nesse sentido, o Fundo Municipal de Aval de Poço Verde obteve grandes avanços, estimulando a formação de lideranças comunitárias, responsáveis pelos grupos de aval, embora não tenha conseguido criar cooperativas. Quanto ao problema da seca, a solução parece estar nos projetos definidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. O gerenciamento do Plano cabe a um conselho integrado por representantes da sociedade civil e do poder público municipal e estadual.

No âmbito desse Plano, o município desenvolve projetos para melhorar o aproveitamento de suas águas subterrâneas, por meio da perfuração de poços artesianos, construção de cisternas e dessalinização da água.

Pretende-se ainda criar uma Escola Agrícola, que contaria com um projeto piloto de irrigação. Está prevista a formação de uma agroindústria comunitária para o processamento da farinha de mandioca, além de núcleos comunitários de tecelagem e de uma refinadora de cal. Um Programa de Regularização Fundiária visa normalizar a situação das propriedades rurais e urbanas que não possuem registro em cartório. O combate à pobreza deve ganhar o reforço de um Programa de Renda Mínima.

Como se vê, as perspectivas são muitas, deixando cada vez mais distante o tempo em que as famílias rurais de Poço Verde comiam palma e em que se cogitava fechar a agência local do Banco do Brasil.

Aumento da arrecadação do ICMS do Município (em R\$)



Fonte: Prefeitura Municipal de Poço Verde

COMO CONTACTAR OS FINALISTAS

SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CENTRO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ
RITA DE CÁSSIA LIMA ANDRÉA
RUA AMAZONAS, 20 - CENTRO
MACAPÁ
AP
68908-330
(096) (212-1189)
Pesquisador responsável pela visita de campo:
Alvino Sanches - sanfil@ufba.br

PROGRAMA CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO
RUA CRISPINIANO DA SILVA, S/N2
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
AM
69750-000
(092) (471-1342)
Pesquisador responsável pela visita de campo:
Xavier Hugues Fernand Alterescu - essor@netwaybbs.com.br

PROJETO REDE AUTÔNOMA DE SAÚDE INDÍGENA – RASI
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MANAUS MARIA LUIZA GAMELO PEREIRA
RUA AFONSO PENA, 1053
MANAUS
AM
69020-160
(092) (233-5538)
Pesquisador responsável pela visita de campo:
Armando Urio de Souza - lirio@ufpa.br

FORTELECIMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO COM JUSTIÇA FISCAL A SERVIÇO DA CIDADANIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA CARVALHO
PRAÇA JOAQUIM CORREIA, 55 - CENTRO
VITÓRIA DA CONQUISTA
BA
45000-000
(077) (424-8500)
Pesquisador responsável pela visita de campo: Hélio Batista Barboza - helio@wm.com.br e Brian Wampler - bwampler440@yahoo.com

SOBRAL CRIANÇA
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL
LUIZ ODORICO MONTEIRO DE ANDRADE
RUA VIRIATO DE MEDEIROS, 1250 - CENTRO SOBRAL
CE
62011-060
(088) (611-1014)
Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Carla Bronzo Ladeira Carneiro - carlab@horiz.com.br

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

JACKSON LAGO

RUA DO ALECRIM, 425 SALA 203 - CENTRO

SÃO LUIS

MA

65010-Q40

(098) (232-6820)

Pesquisador responsável pela visita de campo:

José Raimundo Barreto Trindade - jrbt@ufpa.br

ESCOLA FAMÍLIA AGROINDUSTRIAL DE TURMALINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

MESSIAS EUSTÁQUIO FARIA

AV. LAURO MACHADO, 230

TURMALINA

MG

39660-000

(038) (527-1257)

Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Patrícia Laczynski - psouza@fgvsp.br

POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA DE ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA

AV. ÁLVARES CABRAL, 200 - 139 ANDAR

BELO HORIZONTE

MG

30170-000

(031) (277-4781)

Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Sandra Maria Chave dos Santos - smcs@svn.com.br

BOLSA FAMILIAR PARA A EDUCAÇÃO - BOLSA ESCOLA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

DE BELÉM

MUNICIPAL

LUIZ ARAÚJO

AV. GOVERNADOR JOSÉ MALCHER, 1291

BELÉM

PA

66060-230

(091) (222-2165) (091) (241-3101) (091) (241-2580)

Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Ivanete Amaral Silva - plades@naea.ufpa.br

PROJETO ESCOLA DO CAMPO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ

VALTER APARECIDO PEGORER

RUA ANDRÉ DE BARROS, 671

CURITIBA

PR

80010-080

(041) (322-5999)

Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Cláudia Passador - ilpassador@fgvsp.br

PROJETO DE AÇÃO INTEGRADA - PAI.

SECRETARIA DA CRIANÇA E DO ADELESCENTE DO MUNICÍPIO DE TERESINA

ZENEIDE LOPES SOUSA DE SANTOS

RUA ÁLVARO MENDES, 861

TERESINA

PI

64000-060

(086) (221-3019)

Pesquisadora responsável pela visita de campo: Juvenilda Soares de Carvalho - juvenild@svm.com.br

CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

HUGO MARQUES FAGUNDES JUNIOR

RUA AFONSO CAVALCANTE, 455 SALA 814

RIO DE JANEIRO

RJ

20211-110

(021) (273-7745)

Pesquisadoras responsáveis pela visita de campo:

Adélia Cristina Zimbrão da Silva - ebsilvaa@fgv.br e

Daniele Costa Reis Migueletto - danimigueletto@hotmail.com

REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS VIA SUINOCULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

ANA HELENA DA CUNHA MAIA

AV. AZENHA, 631

PORTO ALEGRE

RS

90160-001

(051) (217-9111)

Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Jackeline Amantino de Andrade - jaandrade@adm.ufrgs.br

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM URUPEMA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE URUPEMA

ULISSES DE ARRUDACÓRDOVA

RUA ARLINDO PEREIRA DE SOUZA, 15

URUPEMA

SE

88625-000

(049) (236-1177)

Pesquisadora responsável pela visita de campo:

Silvia Salgado - cepam@cepam.com.br

PROGRAMA DE TRATAMENTO PARTICIPATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA HIDROGRÁFICA ALTO RIO NEGRO/CONSÓRCIO QUIRIRI

MAGNO BOLLMANN

BR 280, N2 218 - CX. POSTAL 541

SÃO BENTO DO SUL

SC

89290-000

(047) (634-1144)

Pesquisador responsável pela visita de campo:

Marco Antonio Carvalho Teixeira - macteixeira@uol.com.br e Pedro Jacobi

PROJETO MICROBACIAS DE SANTA CATARINA EPAGRI S.A .
 EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE STA CATARINA
 VALDEMAR HERCÍLIO DE FREITAS
 RODOVIA ADMAR GONZAGA, 1347 CX. POSTAL 502
 FLORIANÓPOLIS
 SC
 88034-901
 (048) (239-5500)
 Pesquisador responsável pela visita de campo:
 Antonio José Faria da Costa - tonifaria@uol.com.br

FIQUE VIVO - CIDADANIA E PREVENÇÃO DE AIDS COM JOVENS NA FEBEM
 CENTRO DE REFERÊNCIA E TREINAMENTO DST/AIDS - PROGRAMA ESTADUAL DST/AIDS
 CAMILA ALVES PERES
 RUA SANTA CRUZ, 81
 SÃO PAULO
 SP
 04120-000
 (011) (5084-5236)
 Pesquisador responsável pela visita de campo:
 Marco Antonio Carvalho Teixeira - macteixeira@uol.com.br

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DE SANTO ANDRÉ
 MIRIAM BELCHIOR
 PRAÇA IV CENTENÁRIO, 1 - CENTRO
 SANTO ANDRÉ
 SP
 09015-080
 (011) (411-0200)
 Pesquisador responsável pela visita de campo:
 Heitor Paulo Battaglia - heitorba@unisys.com.br

PROJETO ALERTA
 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE
 SÔNIA REGINA NOZABIELLI
 RUA NAPOLEÃO ANTUNES RIBEIRO HOMEM, 491 PRESIDENTE PRUDENTE
 SP
 19060-020
 (018) (221-1044)
 (018) (223-0939)
 Pesquisador responsável pela visita de campo:
 Vera Lúcia Costa Westin - fdbrasil@gold.com.br

FUNDO MUNICIPAL DE AVAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
 JOSÉ EVERALDO DE OLIVEIRA
 AVENIDA EPIFÂNIO DÓRIA, 18
 POÇO VERDE
 SE
 49490-000
 (079) (549-1268)
 Pesquisador responsável pela visita de campo:
 Eduardo de Lima Caldas - elcaldas@hotmail.com

EQUIPE DO PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Elizabeth Leeds - Assessora do Programa de Governo e Sociedade Civil - Fundação Ford no Brasil

Peter Spink- Diretor do Programa GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA - Centro de Estudos de Administração Pública e Governo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getulio Vargas - EAESP/FGV)

Marta Ferreira Santos Farah - Vice-Diretora do Programa GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA - Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getulio Vargas - EAESP/FGV

Vivianne Nouvel Alessio - Coordenadora Executiva

Ilka Camarotti - Coordenadora Técnica do Subprograma Práticas Públicas e Pobreza

Fabiana Paschoal Sanches - Assistente Administrativa e de Informática

Juliana Maria Paris Spink - Assistente de Vídeo e Disseminação

Marlei de Oliveira – Secretária

Ana Paula Macedo Soares - Monitora Acadêmica

Hélio Batista Barboza - Monitor Acadêmico

Luis Mario Fujiwara - Monitor Acadêmico

Maria Beatriz de Araújo Asperti - Monitora Acadêmica

Patricia Laczynski - Monitora Acadêmica

Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão - Monitor Acadêmico

Sabrina Addison Baracchini - Monitora Acadêmica

COMITÊ TÉCNICO

Prof. Humberto Marques Filho

- Universidade Federal da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

Prof. Luís Roque Klering

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

Prof. José Antonio Gomes de Pinho

- Universidade Federal da Bahia - Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (NPGA)

Prof. Fernando Guilherme Tenório

- Fundação Getúlio Vargas Escola - Brasileira de Administração Pública (EBAPE)

Dra. Marlene Libardoni

- Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende)

Dra. Grazia di Grazia

- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

Prof. Silvio Caccia Bava

- Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis)

Prof. Laura da Veiga

- Fundação João Pinheiro - Escola de Governo de Minas Gerais

Prof. Pedro Jacobi

- Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)

Prof. Edna M. Ramos de Castro

- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA)

Prof. Thereza Lobo

- Centro de Estudos de Políticas Públicas

Jorge M. Silva (Terena)

- Conselho de Articulação Povo e Organização Indígena do Brasil (Capoibe)

PUBLICAÇÕES E PRODUTOS DO PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

LIVROS

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania
(Ciclo de Premiação 1996) / Peter Spink e Roberta Clemente (org.).

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 1997) / Marta Ferreira Santos Farah, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Luis Mario Fujiwara (org.).

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 1998) / Marta Ferreira Santos Farah, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Luis Mario Fujiwara (org.).

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

VOLUME 1 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 629 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1996/ Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.).

VOLUME 2 - Criação do Capital Social: o caso da Asmare / Pedro Jacobi e Marco Antonio Carvalho Teixeira.

VOLUME 3 - Desafio e Inovação em Políticas Públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco / Laura Veiga, Bruno Lazarotti Diniz Costa e Carla Bronzo Ladeira Carneiro.

VOLUME 4 - Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil/Marta Ferreira Santos Farah.

VOLUME 5 - Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador / José Antônio Gomes de Pinho, Mercejane Santana e Sonia Cerqueira.

VOLUME 6 - Estudo Comparativo de Resultados Alcançados por Programas na Área de Saúde / Humberto Marques Filho.

VOLUME 7 - Gestão Pública e Cidadania: metodologias participativas em ação / Fernando Guilherme Tenório e Jacob E. Rozenberg.

VOLUME 8 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 297 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1997 / Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.).

VOLUME 9 - Avaliação da Importância de Atributos de Projetos de Desenvolvimento Inovadores / Luis Roque Klering, Roberto Costa Fachin e Zilá Mesquita.

VOLUME 10 - Relatório sobre as Experiências Semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania Ciclo de Premiação 1997 / Fernando Guilherme Tenório e Augusto P. G. Cunha.

VOLUME 11 - PROVE: uma experiência de implantação de microempresas agroindustriais / Humberto Marques Filho e Dilma Maria Guedes.

VOLUME 12 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 631 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1998 / Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Carlos Eduardo Evangelisti Mauro e Patrícia Laczynski (org.).


VOLUME 13 - Programas para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: a complexidade do objeto e a dimensão institucional / Bruno Lazarotti Diniz Costa, Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Carlos Aurélio Pimenta de Faria.

CD

Banco de Dados - Ciclos de Premiação 1996 e 1997 / Programa Gestão Pública e Cidadania.

FITA DE VÍDEO

Novos Caminhos para uma Gestão Pública com Cidadania: Programa Gestão Pública e Cidadania / Juliana Spink (coordenação).



Através da leitura de 20 experiências de gestão pública e cidadania, o leitor faz uma viagem, descobrindo o Brasil Cidadão. O roteiro é constituído por projetos inovadores de governos estaduais, municipais e de comunidades indígenas, finalistas do ciclo de premiação de 1999 do Programa Gestão Pública e Cidadania, uma iniciativa da Fundação Getulio Vargas e da Fundação Ford, que conta com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getulio Vargas
Av. Nove de Julho, 2029 sala 1059
São Paulo - SP - CEP: 01313-902
Tel.: (11) 281-7904 / 281-7905
Fax: (11) 287-5095
E-mail: Inovando@fgvsp.br
site: <http://inovando.fgvsp.br>

ISBN 85-87426-02-8



9 788587 426024



GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
INICIATIVA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS E FUNDAÇÃO FORD
COM APOIO DO BNDES

